



INTERNATIONAL UNION
OF LEFT PUBLISHERS

AVLENDE

e o governo popular



ALLENDE

e o governo popular

Esta publicação foi feita colaborativamente pela União Internacional de Editoras de Esquerda (<https://iulp.org/>) e tem como atribuição de republicação a licença Creative Commons Attribution-Share Alike 2.5 India (CC BY-SA 2.5 IN). O resumo da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.5/in/>

Organização: Taroa Zuñiga Silva
Produção editorial: Miguel Yoshida
Tradução: Aline Piva e Miguel Yoshida
Revisão de tradução e preparação: Lia Urbini
Revisão: Miguel Yoshida
Projeto gráfico e diagramação: ZapDesign
Capa: Kael Abello, Utopix, Venezuela

1ª edição: setembro de 2023



1804 Books (USA)
<https://1804books.com/>



Batalla de Ideas (Argentina)
www.batalladeideas.com.ar



Centro Social y Librería Proyección (Chile)



Editorial Caminos (Cuba)
www.ecaminos.org



Estrella Roja



Praxis



Expressao Popular (Brasil)
www.expressaopopular.com.br



Editorial El colectivo (Argentina)
<https://editorialelcolectivo.com/>



El combatiente



La fogata



Idea (Romania)



Incediar el oceano



Insituto Simón Bolívar (Venezuela)
www.isb.ve



Editorial Trinchera (Venezuela)
<https://editorialtrinchera.com>



Insituto Simón Bolívar (Venezuela)
www.isb.ve



LeftWord (India)
www.mayday.leftword.com



Marjin Kiri (Indonesia)
www.marjinkiri.com



Naked Punch (Pakistan)
www.nakedpunch.com



Prajasakti (India)
www.psbh.in



Red Star Press (Italy)
www.redstarpress.it



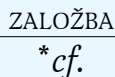
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
www.thetricontinental.com



Vadell y hermanos (Venezuela)



Yordam Kitab (Turkey)



Založba /*cf (Slovenia)
www.zalozbacf.si



Sumário

Recuperar a memória <i>Elicura Chihuailaf</i>	8
Programa básico de governo da Unidade Popular	11
O cobre do Chile agora é chileno <i>Salvador Allende</i>	41
Discurso na 27a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, 4 de dezembro de 1972 <i>Salvador Allende</i>	65
A carta que gostaria de ter entregue no Chile <i>Gladys Marín</i>	97

Recuperar a memória

ELICURA CHIHUAILAF¹

*Feyti vlkantun che mu rume kvmelay, pigeken / Ka fey ti mawizantu
ayiwigvñ ti pu aliwen / ñi kallfv folil mu egvn / ka ñi chagvll negvñi
ti kvrvf / chalilerpuy vñvm egu ti Pvnnon Choyke / Feyti vlkantun
alvkonchi wirarvñ feyti pu lalu / kiñe pin ti tapvl rimv mew / feyti
weñagkvñ feyti wecheche / ñi petu zugu ñi kewvñ / welu ñami ñi pvllv
/ Feyti vlkantun, ti vlkantun fey / kiñe pewma feyti afvl chi mapu /
tami ge ka iñche ñi ge, vlcha / allkvfe piwke, ka feychi vl zugulvñ /
Ka zoy pilayan, / ini rume penolu / ti llafe ini rume ñamvñ nolu /
Ka vlkantun fey ñi vl tañi pu Kuyfikeche / pukem antv mu vy lu ka
chonglu / feyta chi kisu zwam weñagkvñ.*

*A poesia não serve para nada, me dizem / E no bosque as árvores
se acariciam / com suas raízes azuis / e seus galhos agitam o ar
/ saudando com passador a Cruz do Sul / A poesia é o profundo
sussurro dos assassinados / o rumor das folhas no outono / a tristeza
pela criança / que conserva a língua / mas perdeu a alma / A poesia,
a poesia, é um gesto, um sonho a paisagem / teus olhos e meus olhos
menina / ouvidos coração, a mesma música / E não digo mais nada,
porque ninguém encontrará / a chave que ninguém perdeu / E poesia
é o canto dos meus Antepassados / o dia de inverno que arde e apaga /
esta melancolia tão pessoal.*
(Ini rume ñamvñ nuel chi llafe / A chave que ninguém perdeu)

Ninguém escolhe nascer em um determinado tempo, território, cor, em uma história, um idioma, uma visão de mundo, nos dizem nossos Antepassados. Mas, a tarefa é conhecer o que nos coube porque conhecer é a única possibilidade de se amar e de amar o que nos circunda e, assim, respeita o que está além de nossos locais e visões,

¹ Oralitor e poeta, nascido na pré-cordilheira do sul do Chile, comunidade Mapuche de Kechurewe, em 1952. Autor de mais de uma dezena de livros. Prêmio Nacional de Literatura do Chile de 2020.

de nossas famílias, comunidades e povos. Aqui, distante, e em toda as partes. Assim nos diz nossa Gente, em seus Gvlam / seus conselhos, costumes de nossa Mãe-Pai Terra.

Sou Mapuche (Gente da Terra), de um povo que vive em um território que nossos ancestrais chamaram Wallmapu, nosso país hoje é ocupado pelo Estado chileno. Como a maioria de minhas irmãs e irmãos mapuche, tive que sair ao exílio das cidades para estudar. Ali aprendia a conhecer a chilenidade, sua cultura e a dialogar com ela, a me interessar por seus sonhos e a perceber sua atitude discriminatória conosco e com sua própria bela cor de pele escura. Falo da chilenidade profunda (que ouço respirar) e não da chilenidade superficial e alienada que é um reduzido grupo de poder que mantém sequestrada a possibilidade de alcançar uma verdadeira democracia nesse país que hoje se chama Chile.

Eu era um estudante do ensino médio que morava no Liceo de Hombres de Temuco – que hoje se chama Pablo Neruda – quando o doutor Salvador Allende foi eleito presidente do Chile. Logo depois, estudante na Universidade, pude constatar como, pouco a pouco, e depois rapidamente, este país sombrio começou a resplandecer. A política abandonou sua autocomplacência e regressou a seu território cultural. As 40 medidas do programa da Unidade Popular começaram a ser implementadas: atendimento médico gratuito nos hospitais; grande diminuição no preço dos remédios; fim do aumento dos impostos aos alimentos de primeira necessidade; meio litro de leite para todas as crianças; aluguéis a preços fixos; aprofundamento da reforma agrária; escritórios jurídicos nos bairros periféricos etc.

Havia começado a se viver uma genuína transformação social: nacionalização das grandes indústrias do cobre e do ferro, entre outras; estatização da maior parte dos bancos nacionais e estrangeiros; Quimantú (que em nosso idioma mapuzugun significa “Sol do saber”), a então recém criada editora estatal, começou a publicar livros e revistas para todas as idades, com tiragem de milhares de exemplares a preços de custo; se instalaram os Conselhos Comunitários Camponeses como base do novo sistema de participação

camponesa, com ênfase no campesinato feminino e mapuche; se instaurou o Plano Nacional de Artesanato para resgatar e promover a arte tradicional criada pelo povo...

A vida é um círculo, diz nosso povo, somos presente porque somos passado e somente por isso somos futuro, não é possível cindir ou esquecer o passado porque seria o mesmo que tentar esquecer o cindir o futuro. Agora, já às portas a velhice, releio emocionado os discursos do “companheiro Allende”, um autêntico líder nesse lugar e em todos os lugares do mundo:

Apenas quero chamar a atenção diante da história do fato transcendental que vocês realizaram, derrotando a soberba do dinheiro, a pressão e ameaça, a informação deformada, a campanha do terror, da insidia e maldade (Discurso na sede da Federação de Estudantes da Universidade do Chile, FECH, Santiago, noite de 4 de setembro de 1970).

Aqui estamos hoje, companheiros, para comemorar o começo do nosso triunfo. Mas alguém mais vence hoje conosco. Estão aqui Lautaro e Caupolicán, irmanados na distância de Cuauhtémoc e Tupac Amaru”. “A vitória é dos trabalhadores; do povo sofrido que suportou por um século e meio, sob o nome de Independência, a exploração de uma classe dominante incapaz de garantir o progresso e, de fato, ignorante com relação a ele”. “Mas, qual é o Chile que herdamos? Uma sociedade em que a violência está incorporada às próprias instituições. Nossa herança é uma sociedade frustrada em suas aspirações mais profundas de desenvolvimento autônomo”. “Nosso programa de governo, referendado pelo povo, é muito explícito em que nossa democracia será tanto mais real quanto mais popular”. (Discurso no Estádio Nacional, Santiago, 5 de novembro de 1970).

No 11 de setembro deste 2023 se cumprem 50 anos do assassinato do presidente Salvador Allende; meio século do desleal golpe cívico militar com o qual o Chile empresarial interrompeu o sonho do Chile profundo e majoritário. Essa é a única – e dolorosa – verdade histórica.

Inesquecível presidente, em todos os povos nativos da Terra seguimos dizendo (e todos os seres humanos, sem exceção, viemos de povos nativos, só que muitos o esqueceram): “Nós morremos três vezes: primeiro em nosso corpo, depois no coração dos que amamos e que nos amaram, e a morte definitiva é quando desaparecemos na ternura de nossas memórias”.

Programa básico de governo da Unidade Popular¹

INTRODUÇÃO

Os partidos e movimentos que integram a Comissão Coordenadora da Unidade Popular, a despeito de cada um manter a sua filosofia e os seus perfis políticos próprios, concordam plenamente com a caracterização da realidade nacional a seguir exposta e com as propostas programáticas que servirão de base para a nossa ação comum, e que entregamos à consideração do povo.

1

O Chile vive uma profunda crise que se manifesta na estagnação econômica e social, na pobreza generalizada e nos adiamentos de todo tipo sofridos pelos trabalhadores, camponeses e outras camadas exploradas, bem como nas crescentes dificuldades enfrentadas por empregados, profissionais, pequenos e médios empresários e nas pouquíssimas oportunidades disponíveis para mulheres e jovens.

Os problemas do Chile podem ser resolvidos. Nosso país conta com grandes riquezas, como cobre e outros minerais, um grande potencial hidrelétrico, vastas extensões de florestas, um amplo litoral rico em espécies marinhas, terras agrícolas mais do que su-

¹ O programa básico de governo da Unidade Popular foi aprovado pelos Partidos Comunista, Socialista, Radical e Social Democrata, pelo Movimento de Ação Popular Unitária (Mapu) e pela Ação Popular Independente em 17 de dezembro de 1969, em Santiago do Chile.

Tradução: Aline Piva.

ficientes etc., e conta, ademais, com a vontade de trabalhar e progredir dos chilenos, ao lado de sua capacidade técnica e profissional. O que então fracassou?

O que fracassou no Chile é um sistema que não corresponde às necessidades do nosso tempo. O Chile é um país capitalista, dependente do imperialismo, dominado por setores da burguesia estruturalmente ligados ao capital estrangeiro, que não conseguem resolver os problemas fundamentais do país, os quais derivam justamente de seus privilégios de classe, dos quais jamais renunciarão voluntariamente.

Mais ainda, como consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial, a rendição da burguesia monopolista nacional ao imperialismo aumenta progressivamente, acentuando-se cada vez mais em sua dependência, seu papel de sócia minoritária do capital estrangeiro.

Para alguns poucos, vender um pedaço do Chile todos os dias é um ótimo negócio. Decidir pelos demais é o que eles fazem todos os dias.

Já para a grande maioria, vender seu esforço, sua inteligência e seu trabalho todos os dias é um péssimo negócio, e decidir sobre seu próprio destino é um direito ao qual, em grande parte, ainda estão privados.

2

No Chile, as receitas “reformistas” e “desenvolvimentistas” promovidas pela Aliança para o Progresso e endossadas pelo governo Frei não conseguiram alterar nada de importante.

No essencial, foi um novo governo da burguesia a serviço do capitalismo nacional e estrangeiro, cujas débeis tentativas de mudança social naufragaram sem pena nem glória em meio à estagnação econômica, à carestia e à repressão violenta contra o povo. Com isso, ficou mais uma vez demonstrado que o reformismo é incapaz de resolver os problemas do povo.

3

O desenvolvimento do capitalismo monopolista nega a expansão da democracia e exacerba a violência antipopular.

O aumento do nível da luta popular, à medida que fracassa o reformismo, endurece a posição dos setores mais reacionários das classes dominantes que, em última análise, não têm outro recurso senão a força.

As formas brutais de violência do Estado atual, como as ações do Grupo Móvil, o espancamento de camponeses e estudantes, os assassinatos de moradores e garimpeiros, são inseparáveis de outras não menos brutais que afetam todos os chilenos.

Porque trata-se de violência quando, ao lado de proprietários de casas de luxo, uma parte importante da população mora em casas insalubres e outras nem tenham onde morar; violência é quando uns jogam fora a comida enquanto outros não têm como se alimentar.

4

A exploração imperialista das economias atrasadas realiza-se de muitas formas: por meio de investimentos na mineração (cobre, ferro etc.) e na atividade industrial, bancária e comercial; pelo controle tecnológico que nos obriga a pagar somas altíssimas em equipamentos, licenças e patentes; dos empréstimos dos EUA em condições usurárias, que nos obrigam a gastar nos Estados Unidos e com a obrigação adicional de transportar os produtos adquiridos em navios norte-americanos etc.

Como exemplo, um único dado. De 1952 até hoje, os norte-americanos investiram na América Latina 7,473 bilhões de dólares e levaram 16 bilhões de dólares.

O imperialismo arrebatou do Chile grandes recursos, equivalentes ao dobro do capital instalado em nosso país, formado ao longo de toda a sua história.

Os monopólios norte-americanos, com a cumplicidade dos governos burgueses, conseguiram apoderar-se de quase todo o nosso cobre, ferro e salitre. Eles controlam o comércio exterior e ditam a política econômica por meio do Fundo Monetário Internacional e outras organizações.

Dominam importantes ramos industriais e de serviços; gozam de estatutos de privilégios, ao mesmo tempo que impõem a desvalorização monetária, a redução de salários e rendimentos e distorcem a atividade agrícola por meio dos excedentes agropecuários.

Intervêm também na educação, cultura e nos meios de comunicação. Valendo-se de acordos militares e políticos, eles tentam penetrar nas Forças Armadas.

As classes dominantes, cúmplices dessa situação e incapazes de se defenderem por si mesmas, intensificaram a dívida externa do Chile nos últimos dez anos.

Eles disseram que empréstimos e compromissos com banqueiros internacionais poderiam produzir mais desenvolvimento econômico. Mas a única coisa que conseguiram é que hoje o Chile detém o recorde de ser um dos países mais endividados do mundo em proporção de habitantes.

5

No Chile, governa-se e legisla-se a favor de poucos, dos grandes capitalistas e seus asseclas, das empresas que dominam nossa economia, dos latifundiários cujo poder permanece quase intacto.

Os donos do capital estão interessados em ganhar sempre mais dinheiro e não em satisfazer as necessidades do povo chileno. Se produzir e importar carros de alto custo, por exemplo, é um bom negócio, recursos valiosos de nossa economia são desviados para esse item, sem levar em conta que apenas uma ínfima porcentagem dos chilenos tem condições de adquiri-los e que há mais necessidades muito mais urgentes a serem atendidas nesta mes-

ma área, como melhorar a locomoção coletiva, fornecer máquinas para a agricultura etc.

O grupo de empresários que controla a economia, a imprensa e outros meios de comunicação, além do sistema político, e que ameaça o Estado quando este insinua intervir ou se nega a favorecê-los, custa muito caro a todos os chilenos.

Para que se dignem a seguir “trabalhando”, já que só eles podem se dar ao luxo de poder ou não trabalhar, é necessário:

1. dar-lhes todo o tipo de ajuda. Os grandes empresários espremam o Estado sob a ameaça de que não haverá investimento privado se não forem concedidas as ajudas e garantias que pedem;
2. permitir que produzam o que quiserem com o dinheiro de todos os chilenos, em vez de produzir o que a grande maioria do país precisa;
3. deixá-los levar os lucros que obtiverem para suas contas bancárias no exterior;
4. deixá-los demitir trabalhadores se estes pedirem melhores salários;
5. permitir-lhes manipular a distribuição dos alimentos, entesourá-los para causar escassez e, assim, aumentar os preços para continuar enriquecendo à custa do povo.

Enquanto isso, boa parte daqueles que de fato produzem vive uma situação difícil:

- meio milhão de famílias carecem de moradia e outras tantas vivem em péssimas condições de tratamento de esgoto, água potável, eletricidade, saneamento.
- as necessidades da população em termos de educação e saúde são insuficientemente atendidas.
- mais da metade dos trabalhadores chilenos recebem remuneração insuficiente para cobrir suas necessidades vitais mínimas. O desemprego e o trabalho instável são sentidos em todas as famílias.

Para inúmeros jovens, a possibilidade de emprego é muito difícil e incerta.

O capital imperialista e um grupo de privilegiados que não ultrapassa 10% da população monopolizam metade da renda nacional. Isso significa que de cada cem escudos produzidos pelos chilenos, 50 vão parar no bolso de 10 oligarcas, e os outros 50 devem ser distribuídos entre 90 chilenos vindos do povo e da classe média.

6

O aumento do custo de vida é um inferno nos lares do povo e, principalmente, para a dona de casa. Nos últimos 10 anos, segundo dados oficiais, o custo de vida aumentou quase mil por cento.

Isso significa que os chilenos que vivem do trabalho têm uma parte de seu salário ou rendimento roubada todos os dias, como ocorre com os aposentados e pensionistas, com o trabalhador independente, com a arte, com o pequeno produtor, cuja escassa renda é cortada diariamente pela inflação.

Alessandri e Frei garantiram que acabariam com a inflação. Os resultados são evidentes. Os fatos demonstram que a inflação no Chile se deve a causas profundas relacionadas com a estrutura capitalista de nossa sociedade e não aos aumentos salariais, como sucessivos governos tentaram fazer crer para justificar a manutenção do sistema e a redução da renda dos trabalhadores. O grande capitalista, por outro lado, se defende da inflação e se beneficia ainda mais dela. Suas propriedades e capitais são valorizados, seus contratos de construção com o Tesouro são reajustados e os preços de seus produtos sobem, sempre levando a melhor frente aos aumentos salariais.

7

Um grande número de chilenos está mal alimentado. Segundo estatísticas oficiais, 50% das crianças menores de 15 anos estão

desnutridas. A desnutrição afeta seu crescimento e limita sua capacidade de aprender, de se educar.

Isso demonstra que a economia em geral e o sistema agrícola em particular são incapazes de alimentar os chilenos, apesar de o Chile poder sustentar atualmente uma população de 30 milhões de pessoas, o triplo da população atual.

Ao contrário, precisamos importar anualmente centenas de milhares de dólares em alimentos de origem agropecuária.

O latifúndio é o grande culpado dos problemas alimentares de todos os chilenos e responsável pela situação de atraso e miséria que caracteriza o campo chileno. As taxas de mortalidade infantil e adulta, o analfabetismo, a falta de moradia e a insalubridade são acentuadamente mais altas nas áreas rurais do que nas cidades.

Esses problemas não foram resolvidos pela insuficiente Reforma Agrária do governo democrata-cristão. Só a luta do campesinato, com o apoio de todo o povo, pode resolvê-los. O atual desenvolvimento de suas lutas pela terra e a liquidação do latifúndio abre novas perspectivas para o movimento popular chileno.

O crescimento da nossa economia é mínimo. Nas últimas décadas crescemos, em média, apenas 2% ao ano por pessoa; e desde 1967 não crescemos, mas regredimos, segundo os números do próprio governo (Odeplan). Isso significa que, em 1966, cada chileno tinha uma quantidade maior de bens do que tem hoje. Isso explica porque a maioria está insatisfeita e busca uma alternativa para o nosso país.

8

A única alternativa verdadeiramente popular e, portanto, a tarefa fundamental que o governo popular tem diante de si é acabar com a dominação dos imperialistas, dos monopólios e da oligarquia fundiária e começar a construção do socialismo no Chile.

A UNIDADE E A AÇÃO DO POVO ORGANIZADO

O crescimento das forças trabalhadoras em número, organização, luta e conscientização de seu poder reforçam e propagam o desejo por mudanças profundas, a crítica à ordem estabelecida e o choque com as suas estruturas. Em nosso país, existem mais de 3 milhões de trabalhadores, cujas forças produtivas e sua enorme capacidade construtiva não poderão, sem embargo, se libertar dentro do atual sistema que só pode explorá-los e subjugar-los.

Estas forças, junto a todo o povo, mobilizando todos aqueles que não estão comprometidos com o poder dos interesses reacionários, nacionais e estrangeiros, ou seja, por meio da ação unitária e combativa da grande maioria dos chilenos, conseguirão romper as atuais estruturas e avançar na tarefa de sua libertação.

A unidade popular é feita para isso.

Os imperialistas e as classes dominantes do país lutarão contra a unidade popular e tentarão mais uma vez enganar o povo. Dirão que a liberdade está em perigo, que a violência tomará conta do país etc. Mas as massas populares acreditam cada vez menos nessas mentiras.

Cresce diariamente a sua mobilização social, que hoje é reforçada e incentivada pela unificação das forças de esquerda.

Para estimular e orientar a mobilização do povo chileno rumo à conquista do poder, estabeleceremos em todos os lugares os Comitês da Unidade Popular, articulados em cada fábrica, fazenda, povoado, escritório ou escola pelos militantes dos movimentos e partidos de esquerda e integrados por aquela multidão de chilenos que se posicionam por mudanças fundamentais.

Os Comitês de Unidade Popular não serão apenas organismos eleitorais. Serão intérpretes e combatentes das reivindicações imediatas das massas e, sobretudo, se prepararão para o exercício do Poder Popular.

Assim, este novo poder de que o Chile necessita deve começar a se concretizar desde já, onde quer que o povo se organize

para lutar por seus problemas específicos e onde se desenvolva a consciência da necessidade de exercê-lo.

Este sistema de trabalho comum será um método permanente e dinâmico de desenvolvimento do Programa, uma escola ativa para as massas e uma forma concreta de aprofundar o conteúdo político da Unidade Popular em todos os níveis.

Em um dado momento da campanha, os conteúdos essenciais deste Programa, enriquecidos com a discussão e contribuição do povo e uma série de medidas imediatas do governo, serão indicados em uma Ata do Povo que constituirá, para o novo Governo Popular e a Frente que o sustenta, em um mandato inalienável. Apoiar o candidato da Unidade Popular não significa, portanto, apenas votar em um homem, mas também manifestar-se a favor da substituição urgente da atual sociedade baseada no domínio dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

O PROGRAMA

O poder popular

As transformações revolucionárias que o país necessita só poderão ser realizadas se o povo chileno tomar o poder em suas mãos e exercê-lo real e efetivamente.

O povo do Chile conquistou, por meio de um longo processo de luta, certas liberdades e garantias democráticas, por cuja continuidade deve estar alerta e lutar sem tréguas. Mas o próprio poder é estranho a ele.

As forças populares e revolucionárias não se uniram para lutar pela simples substituição de um presidente da república por outro, nem para substituir um partido por outro no governo, mas sim para realizar as mudanças fundamentais que a situação nacional exige da transferência de poder dos antigos grupos dominantes para os trabalhadores, camponeses e setores progressistas das classes médias da cidade e do campo.

O triunfo popular abrirá, assim, o caminho para o regime político mais democrático da história do país.

Em termos de estrutura política, o Governo Popular tem a dupla tarefa de:

1. Preservar, tornar mais efetivos e profundos os direitos e conquistas democráticas dos trabalhadores;
2. Transformar as instituições atuais para estabelecer um novo Estado onde os trabalhadores e o novo povo tenham o real exercício do poder.

O aprofundamento da democracia e as conquistas dos trabalhadores

O Governo Popular garantirá o exercício dos direitos democráticos e respeitará as garantias individuais e sociais de todo o povo. A liberdade de consciência, de expressão, de imprensa e de reunião, a inviolabilidade do domicílio e os direitos de sindicalização e organização regerão efetivamente sem as restrições com que as classes dominantes atualmente os limitam.

Para que isso seja efetivo, as organizações sindicais e sociais dos trabalhadores, empregados, camponeses, moradores, donas de casa, estudantes, profissionais, intelectuais, artesãos, pequenos e médios empresários e demais setores dos trabalhadores serão chamados a intervir no âmbito que lhes corresponde nas decisões dos órgãos de poder. Por exemplo, nas instituições de previdência e assistência social, estabeleceremos a administração por seus próprios superintendentes, assegurando-lhes a eleição democrática e por voto secreto de seus conselhos de administração. Em relação às empresas do setor público, seus conselhos de administração e seus comitês de produção devem ter representantes diretos de seus trabalhadores e empregados.

Nas entidades habitacionais correspondentes à sua jurisdição e âmbito, as Conselhos de bairro e demais organizações de moradores terão mecanismos para fiscalizar suas operações e intervir

em múltiplos aspectos de seu funcionamento. Mas, não se trata apenas desses exemplos, mas de uma nova concepção em que o povo adquira uma real e efetiva intervenção nos organismos do Estado.

Da mesma forma, o Governo Popular garantirá o direito dos trabalhadores ao emprego e à greve e de todo o povo à educação e à cultura, no pleno respeito de todas as ideias e crenças religiosas, garantindo o exercício de seu culto.

Serão ampliados todos os direitos e garantias democráticas, dotando as organizações sociais de meios concretos para os exercerem e criando os mecanismos que lhes permitam atuar nos diferentes âmbitos do aparato do Estado.

O Governo Popular assentará sua força e autoridade essencialmente no apoio recebido do povo organizado. Esta é a nossa concepção de governo forte, portanto oposta àquela cunhada pela oligarquia e pelo imperialismo, que identificam a autoridade com a coerção exercida contra o povo.

O Governo Popular será multipartidário. Será formado por todos os partidos, movimentos e correntes revolucionárias. Será, assim, um executivo verdadeiramente democrático, representativo e coeso.

O Governo Popular respeitará os direitos da oposição que se exerça dentro dos marcos legais.

O Governo Popular iniciará imediatamente uma verdadeira descentralização administrativa, aliada a um planejamento democrático e eficiente que elimine o centralismo burocrático e o substitua pela coordenação de todos os órgãos do Estado.

A estrutura dos municípios será modernizada, reconhecendo sua correspondente autoridade de acordo com os planos de coordenação de todo o Estado. Eles tenderão a transformá-los nos órgãos locais da nova organização política, dotá-los de financiamentos e atribuições adequados, para que possam atender, em interação com os Conselhos de Bairro e coordenados entre si, os problemas de interesse local em suas comunas e de seus habitan-

tes. As Assembleias Provinciais devem funcionar com esse mesmo fim.

A polícia deve ser reorganizada para que não seja mais utilizada como um órgão de repressão contra o povo e cumpra, ao contrário, o objetivo de defender a população de ações antissociais. O procedimento policial será humanizado a fim de garantir efetivamente o pleno respeito à dignidade e à integridade física do ser humano. O regime prisional, que constitui um dos piores flagelos do sistema atual, deve ser transformado desde a raiz, com vista à regeneração e recuperação daqueles que tenham cometido crimes.

UMA NOVA ORDEM INSTITUCIONAL: O ESTADO POPULAR

A organização política

Por meio de um processo de democratização em todos os âmbitos e de uma mobilização organizada das massas, a nova estrutura de poder será construída a partir das bases.

Uma nova Constituição Política institucionalizará a incorporação massiva do povo ao poder do Estado.

Será criada uma organização única do Estado, estruturada em âmbito nacional, regional e local, que terá a Assembleia do Povo como órgão máximo do poder.

A Assembleia do Povo será a Câmara Única que expressará nacionalmente a soberania popular. Nela, as diferentes correntes de opinião se reunirão e se manifestarão.

Este sistema permitirá erradicar pela raiz os vícios de que padeceram tanto o presidencialismo ditatorial como o parlamentarismo corrupto no Chile.

Normas específicas determinarão e coordenarão as atribuições e responsabilidades do Presidente da República, dos ministros, da Assembleia do Povo, dos órgãos regionais e locais do poder e dos partidos políticos, a fim de assegurar o funcionamento

legislativo, a eficiência do governo e, sobretudo, o respeito pela vontade da maioria.

Para que se estabeleça a devida harmonia entre os poderes que emanam da vontade popular e que esta se expresse de forma coerente, todas as eleições serão realizadas em processo conjunto dentro de um mesmo lapso de tempo.

A geração de qualquer órgão de representação popular deverá ser realizada por sufrágio universal, secreto e direto, de homens e mulheres maiores de 18 anos, civis e militares, alfabetizados e analfabetos.

Os membros da Assembleia do Povo e de qualquer órgão de representação popular estarão sujeitos ao controle dos eleitores, mediante mecanismos de consulta que podem revogar seus mandatos.

Será estabelecido um rigoroso sistema de incompatibilidades que conduza à caducidade do mandato ou à cassação do cargo quando um deputado ou funcionário de altas responsabilidades exerça funções de gestor de interesses privados.

Os instrumentos da política econômica e social do Estado constituirão um sistema nacional de planejamento, terão caráter executivo e terão por missão dirigir, coordenar e racionalizar a ação do Estado. Os planos com os quais opera deverão ser aprovados pela Assembleia do Povo. As organizações de trabalhadores terão uma intervenção fundamental no sistema de planejamento.

Os órgãos regionais e locais de poder do Estado Popular exercerão autoridade no raio geográfico que lhes corresponda e terão faculdades econômicas, políticas e sociais.

Poderão, ademais, apresentar iniciativas e criticar os órgãos superiores.

No entanto, o exercício das competências dos órgãos regionais e locais deverá ser ajustado aos marcos estabelecidos pelas leis nacionais e pelos planos gerais de desenvolvimento econômico e social.

Em cada um dos âmbitos do Estado Popular serão integradas as organizações sociais com atribuições específicas. A eles corresponderá compartilhar responsabilidades e desenvolver iniciativas em seus respectivos raios de ação, bem como o exame e solução dos problemas de sua competência. Estas atribuições não implicarão qualquer limitação à plena independência e autonomia das organizações.

Desde o dia em que assumir o comando, o Governo Popular abrirá canais para que a influência dos trabalhadores e do povo se expresse, por meio das organizações sociais, na tomada de decisões e na fiscalização do funcionamento da administração estatal.

Estes serão passos decisivos para a liquidação do centralismo burocrático que caracteriza o sistema de administração atual.

A organização da Justiça

A organização e administração da Justiça devem estar baseadas no princípio da autonomia, consagrado na Constituição, e na real independência econômica.

Concebemos a existência de um Tribunal Supremo, cujos componente sejam nomeados pela Assembleia Popular sem outra limitação senão a que emane da idoneidade natural dos seus membros. Este tribunal gerará livremente os poderes internos, unipessoais ou colegiados, do sistema judicial.

Entendemos que a nova organização e administração da justiça virá em auxílio das classes majoritárias. Além disso, será mais ágil e menos onerosa.

Para o Governo Popular, uma nova concepção de magistratura substituirá a atual, individualista e burguesa.

A Defesa Nacional

O Estado Popular dará atenção preferencial à preservação da soberania nacional, que concebe como um dever de todo o povo.

O Estado Popular manterá uma atitude alerta face às ameaças à integridade territorial e à independência do país fomentadas

pelo imperialismo e por setores oligárquicos que se entronizam nos países vizinhos e que, juntamente com a repressão dos seus povos, fomentam desejos expansionistas e revanchistas.

Definirá uma concepção patriótica e popular moderna da soberania do país com base nos seguintes critérios:

1. Consolidação do caráter nacional de todos os ramos das Forças Armadas. Nesse sentido, a rejeição de qualquer uso destas para reprimir o povo ou participar de ações que interessem a potências estrangeiras.
2. Formação técnica e aberta a todas as contribuições da ciência militar moderna, e de acordo com a conveniência do Chile, a independência nacional, a paz e a amizade entre os povos.
3. Integração e contribuição das Forças Armadas nas diversas vertentes da vida social. O Estado Popular preocupar-se-á em possibilitar a contribuição das Forças Armadas para o desenvolvimento econômico do país sem prejuízo de seu trabalho essencialmente de defesa da soberania.

Nestas bases, é necessário assegurar às Forças Armadas os meios materiais e técnicos e um sistema justo e democrático de remunerações, promoções e aposentadorias que garantam aos oficiais, suboficiais, classes e tropas a segurança econômica durante a sua permanência nas fileiras e nas condições de aposentadoria e a possibilidade efetiva de que todos possam ser promovidos com base apenas em suas condições pessoais.

A construção da nova economia

As forças populares unidas buscam como objetivo central de sua política substituir a atual estrutura econômica, acabando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e do latifúndio para iniciar a construção do socialismo.

Na nova economia, o planejamento desempenhará um papel importantíssimo; seus órgãos centrais estarão no mais alto nível administrativo; e suas decisões, geradas democraticamente, terão caráter executivo.

Área de propriedade social

O processo de transformação da nossa economia começa com uma política de estabelecimento de uma área estatal dominante, composta pelas empresas hoje pertencentes ao Estado mais as empresas expropriadas. Como primeira medida, serão nacionalizados aqueles recursos básicos que, como a grande mineração de cobre, ferro, salitre e outros, estão em poder de capitais estrangeiros e monopólios internos. Assim, serão integrados neste setor de atividades nacionalizadas as seguintes [áreas]:

1. A grande mineração de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão mineral;
2. O sistema financeiro do país, especialmente os bancos privados e seguros;
3. O comércio exterior;
4. As grandes empresas e os monopólios de distribuição;
5. Os monopólios industriais estratégicos;
6. Em geral, aquelas atividades que condicionam o desenvolvimento econômico e social do país, como a produção e distribuição de energia elétrica; transporte ferroviário, aéreo e marítimo; comunicações; produção, refino e distribuição de petróleo e seus derivados, inclusive gás liquefeito; siderurgia, cimento, petroquímica e química pesada, celulose e papel.

Todas essas expropriações sempre serão feitas com total proteção ao interesse do pequeno acionista.

Área de propriedade privada

Esta área compreende os setores da indústria, mineração, agricultura e serviços em que a propriedade privada dos meios de produção permanece em vigor.

Estas empresas, em número, serão a maioria. Assim, por exemplo, em 1967, das 30.500 indústrias (incluindo a indústria

artesanal), apenas cerca de 150 controlavam monopolisticamente todos os mercados, concentrando as ajudas do Estado, o crédito bancário e explorando o resto dos empresários industriais do país, vendendo-lhes matéria-prima a altos custos e comprando seus produtos a preços baixos.

As empresas que integram este setor serão beneficiadas com o planejamento geral da economia nacional. O Estado procurará o necessário apoio financeiro e técnico às empresas desta área, para que possam cumprir o importante papel que desempenham na economia nacional, tendo em conta o número de pessoas que nelas trabalham, bem como o volume de produção gerada.

Além disso, serão simplificados os sistemas de patentes, direitos aduaneiros, contribuições e impostos para essas empresas e será assegurada uma comercialização adequada e justa de seus produtos.

Essas empresas devem garantir os direitos dos trabalhadores e empregados a salários e condições de trabalho justos. O respeito destes direitos será salvaguardado pelo Estado e pelos trabalhadores da respectiva empresa.

Área mista

Esse setor será misto porque será formado por empresas que combinam capital estatal com pessoas físicas.

Os empréstimos ou créditos concedidos pelas agências de fomento às empresas da área podem ser a título de contribuição para que o Estado seja sócio e não credor.

O mesmo valerá para os casos em que as referidas empresas obtenham créditos com aval ou garantia do Estado ou de suas instituições.

Aprofundamento e expansão da Reforma Agrária

A Reforma Agrária é concebida como um processo simultâneo e complementar com as transformações gerais que se deseja promover na estrutura social, política e econômica do país, de modo que sua implementação é indissociável do resto da políti-

ca geral. A experiência já existente nesta matéria e as lacunas ou incoerências que dela decorrem levam a reformular a política de distribuição e organização da propriedade fundiária com base nas seguintes diretrizes:

- 1) Aceleração do processo de Reforma Agrária expropriando propriedades que excedam a capacidade máxima estabelecida, de acordo com as condições das diferentes zonas, incluindo fruticultura, vitivinícola e florestal, sem que o proprietário tenha direito de preferência na escolha da reserva. A expropriação pode abranger a totalidade ou parte dos bens e ativos expropriados (máquinas, ferramentas, animais etc.).
- 2) Incorporação imediata ao cultivo agrícola de terras estatais abandonadas e mal exploradas.
- 3) As terras desapropriadas serão preferencialmente organizadas em formas cooperativas de propriedade. Os camponeses terão títulos de domínio que atestam sua propriedade da casa e do pomar que lhes são atribuídos e dos correspondentes direitos na propriedade indivisível da cooperativa. Quando as condições o aconselharem, as terras de propriedade pessoal serão atribuídas aos camponeses, promovendo a organização do trabalho e da comercialização na base da cooperação mútua.
- 4) A terra também será destinada para a criação de empresas agrícolas estatais com tecnologia moderna.
- 5) Em casos qualificados, a terra será assignada a pequenos agricultores, arrendatários, meeiros e empregados agrícolas treinados para o trabalho agrícola.
- 6) Reorganização da propriedade minifundiária por meio de formas progressivamente cooperativas de trabalho agrícola.
- 7) Incorporação dos pequenos e médios agricultores às vantagens e serviços das cooperativas que atuam em sua área geográfica.

- 8) Defesa da integridade e expansão e garantia da direção democrática das comunidades indígenas ameaçadas pela usurpação, e que ao povo mapuche e outros povos indígenas seja assegurada terra suficiente e assistência técnica e creditícia adequada.

Política de desenvolvimento econômico

A política econômica do Estado será levada adiante por meio do sistema nacional de planejamento econômico e dos mecanismos de controle, orientação, crédito para a produção, assistência técnica, política tributária e de comércio exterior, assim como mediante a própria gestão do setor estatal da economia. Terá como objetivos:

- 1) Resolver os problemas imediatos das grandes maiorias. Para isso, a capacidade produtiva do país passará de itens supérfluos e caros, destinados a atender setores de alta renda, para a produção de itens baratos e de boa qualidade para consumo popular.
- 2) Garantir emprego a todos os chilenos em idade produtiva com um nível de remuneração adequado. Isso significará desenhar uma política geradora de grandes empregos, propondo o uso adequado dos recursos do país e a adaptação da tecnologia às demandas do desenvolvimento nacional.
- 3) Libertar o Chile da subordinação ao capital estrangeiro. Isso leva à expropriação do capital imperialista, a realizar uma política de autofinanciamento crescente de nossas atividades, a estabelecer as condições nas quais o capital estrangeiro que não é expropriado opera, a alcançar maior independência em tecnologia, transporte externo etc.
- 4) Assegurar um crescimento econômico rápido e descentralizado que tenda a desenvolver ao máximo as forças produtivas, buscando otimizar o aproveitamento dos recursos

humanos, naturais, financeiros e técnicos disponíveis a fim de aumentar a produtividade do trabalho e satisfazer tanto as demandas do desenvolvimento independente da economia quanto as necessidades e aspirações da população trabalhadora, compatíveis com uma vida digna e humana.

- 5) Executar uma política de comércio exterior visando desenvolver e diversificar nossas exportações, abrir novos mercados, alcançar crescente independência tecnológica e financeira e evitar desvalorizações escandalosas de nossa moeda.
- 6) Tomar todas as medidas favoráveis à estabilidade monetária. O combate à inflação decide-se essencialmente com as mudanças estruturais enunciadas. Deve-se, ademais, incluir medidas que ajustem o fluxo de moeda em circulação às reais necessidades do mercado, controlem e redistribuam o crédito e evitem a usura no comércio de dinheiro. Racionalizar a distribuição e o comércio. Estabilizar preços. Impedir que a estrutura da demanda oriunda dos altos rendimentos favoreça a alta dos preços.

A garantia do cumprimento dos objetivos reside no controle, pelo povo organizado, do poder político e econômico, expresso na área estatal da economia e no seu planejamento geral. É esse poder popular que garantirá o cumprimento das tarefas indicadas.

Tarefas sociais

As aspirações sociais do povo chileno são legítimas e possíveis de serem satisfeitas. São elas, por exemplo, moradia digna sem reajustes que esgotem sua renda; escolas e universidades para seus filhos; salários suficientes; que a alta de preços acabe de vez; trabalho estável; atenção médica oportuna; iluminação pública, saneamento, água potável, ruas e calçadas pavimentadas; uma segurança social sem privilégios, justa e operativa, sem pensões

de fome; telefones, polícia, creches, quadras esportivas; turismo e balneários populares.

A satisfação destes justos desejos do povo – que na verdade constituem direitos que a sociedade deve reconhecer – será a preocupação prioritária do Governo Popular.

Os pontos básicos dessa ação governamental serão:

- 1) Definição de uma política de remunerações, procedendo-se à criação imediata de organizações que, com a participação dos trabalhadores, determinem valores que efetivamente constituam salários vitais e mínimos nas diversas áreas do país. Enquanto persistir a inflação, reajustes automáticos serão estabelecidos por lei, de acordo com a elevação do custo de vida. Estes funcionarão a cada seis meses ou sempre que o custo de vida ultrapassar um patamar de 5% de crescimento. Em todos os órgãos do Estado, e em primeiro lugar nos cargos de confiança do Executivo, os altos salários serão limitados a um valor compatível com a situação do nosso país. Será estabelecido, em prazo a ser definido tecnicamente, um sistema de renda e salários mínimos de níveis iguais para trabalhos iguais, independentemente da empresa onde esses cargos sejam executados. Essa política começará no âmbito estatal para gradativamente se estender a toda a economia, sem prejuízo das diferenças derivadas de produtividades díspares em diferentes empresas. Da mesma forma, será eliminada toda a discriminação entre homens e mulheres ou por idade em termos de renda e salários.
- 2) Unificar, melhorar e ampliar o sistema previdenciário, mantendo todas as legítimas conquistas alcançadas, eliminando privilégios abusivos, ineficiência e burocracia, melhorando e agilizando o atendimento dos interessados, estendendo o sistema previdenciário aos setores de trabalhadores que ainda não o possuem, e entregando aos supe-

- rintendentes a administração dos Fundos de Previdência, que funcionarão dentro das normas de planejamento.
- 3) Assegurar a assistência médica e odontológica, preventiva e curativa a todos os chilenos, financiada pelo Estado, empregadores e instituições assistenciais. A população será incorporada na tarefa de proteger a saúde pública. Os medicamentos, com base no rigoroso controle de custos nos laboratórios e na racionalização da produção, serão entregues em quantidade suficiente e a preços baixos.
 - 4) Fundos suficientes serão alocados para realizar um plano abrangente de construção de moradias. A industrialização da construção será desenvolvida controlando seus preços, limitando o valor dos lucros das empresas privadas ou mistas que operem nesta área. Em situações de emergência, serão atribuídos terrenos às famílias que deles necessitem, proporcionando-lhes apoio técnico e material para a construção das suas casas. O Governo Popular terá como objetivo de sua política habitacional que cada família seja dona de uma casa. O sistema de dividendos ajustáveis será eliminado. As prestações mensais ou rendas que devem ser pagas pelos compradores e inquilinos, respectivamente, não ultrapassarão, regra geral, 10% do rendimento familiar. Efetuar a remodelação das cidades e bairros, com o critério de impedir a expulsão de grupos carentes para a periferia, garantindo os interesses do habitante do setor remodelado, bem como do pequeno empresário que aí trabalha, assegurando aos ocupantes a sua futura localização.
 - 5) Ficará estabelecida a plena capacidade civil da mulher casada e a igual situação jurídica de todos os filhos nascidos dentro ou fora do casamento, bem como adequada legislação de divórcio com dissolução do vínculo, com proteção integral dos direitos da mulher e dos filhos.

- 6) A divisão legal entre trabalhadores e empregados será eliminada, estabelecendo para ambos a qualidade comum dos trabalhadores e estendendo o direito de sindicalização a todos aqueles que atualmente não o possuem.

CULTURA E EDUCAÇÃO

Uma nova cultura para a sociedade

O processo social que se abre com o triunfo do povo moldará uma nova cultura orientada para considerar o trabalho humano como valor supremo, para expressar a vontade de afirmação e independência nacional e para formar uma visão crítica da realidade.

As profundas transformações que serão empreendidas requerem um povo socialmente consciente e solidário, educado para exercer e defender o seu poder político, científica e tecnicamente apto para desenvolver a economia de transição para o socialismo e massivamente aberto à criação e usufruto das mais variadas manifestações de arte e intelecto.

Se já hoje a maioria dos intelectuais e artistas luta contra as deformações culturais características da sociedade capitalista e procura levar os frutos de sua criação aos trabalhadores e vincular-se ao seu destino histórico, na nova sociedade eles terão um lugar de vanguarda para continuar com sua ação. Porque a nova cultura não será criada por decreto; surgirá da luta pela fraternidade contra o individualismo; pela valorização do trabalho humano contra o seu desprezo; pelos valores nacionais contra a colonização cultural; pelo acesso das massas populares à arte, à literatura e à mídia contra sua comercialização.

O novo Estado buscará a incorporação das massas na atividade intelectual e artística, tanto por meio de um sistema educacional radicalmente transformado, quanto pelo estabelecimento de um sistema nacional de cultura popular. Uma extensa rede de

Centros Locais de Cultura Popular promoverá a organização das massas para o exercício do direito à cultura.

O sistema de cultura popular estimulará a criação artística e literária e multiplicará os canais de relacionamento entre artistas ou escritores com um público infinitamente mais vasto que o atual.

Um sistema educacional democrático, único e planificado

A ação do novo Governo será orientada para proporcionar as mais amplas e melhores oportunidades educacionais.

A concretização destes fins será influenciada pela melhoria geral das condições de vida dos trabalhadores e pela ponderação, ao nível correspondente, das responsabilidades dos educadores. Além disso, será estabelecido um Plano Nacional de Bolsas de Estudo suficientemente amplo para assegurar a incorporação e continuidade escolar de todas as crianças do Chile, especialmente as crianças da classe trabalhadora e do campesinato.

Em contrapartida, o novo Estado desenvolverá um plano extraordinário de construção de escolas, apoiado em recursos nacionais e locais mobilizados pelos órgãos básicos do poder. Os edifícios suntuários necessários para a construção de novas escolas e internatos serão expropriados. Esses meios tenderão a criar pelo menos uma escola unificada (Básica e Secundária) em cada município rural, em cada bairro e em cada povoado das cidades do Chile.

Para atender às necessidades de desenvolvimento da idade pré-escolar e possibilitar a incorporação da mulher ao trabalho produtivo, o sistema de creches e jardins de infância será rapidamente ampliado, priorizando os setores mais carentes de nossa sociedade. Como resultado desta mesma política, as crianças das classes operária e camponesa estarão mais aptas a ingressar e permanecer de forma proveitosa no sistema escolar regular.

A efetivação de um novo ensino requer a aplicação de métodos que enfatizem a participação ativa e crítica dos estudantes em

seu aprendizado, em vez da postura passiva e receptiva vigente na atualidade.

Para liquidar rapidamente os déficits culturais e educacionais herdados do atual sistema, será realizada uma ampla mobilização popular com o objetivo de eliminar o analfabetismo no curto prazo e elevar os níveis educacionais da população adulta.

A educação de adultos será organizada principalmente por centros de trabalho, até possibilitar o funcionamento permanente da educação geral, tecnológica e social dos trabalhadores.

A transformação do sistema educativo não será obra apenas dos técnicos, mas tarefa estudada, discutida, decidida e executada pelas organizações de professores, trabalhadores, alunos, pais e encarregados de educação, no quadro geral do planejamento nacional.

Internamente, o sistema escolar será planejado respeitando os princípios de unidade, continuidade, correlação e diversificação do ensino.

Na direção executiva do aparato educacional haverá representação efetiva das já referidas organizações sociais, integradas em Conselhos Locais, Regionais e Nacionais de Educação.

Para tornar realidade o planejamento da educação e da escola única nacional e democrática, o novo Estado assumirá a responsabilidade pelos estabelecimentos privados, a começar pelas escolas que selecionam seus alunos por razões de classe social, nacionalidade ou confissão religiosa. Isso será feito integrando o pessoal de outros meios do ensino privado ao sistema educacional.

A educação física

A educação física e a prática de todos os esportes, desde os níveis básicos do sistema educativo e em todas as organizações sociais para jovens e adultos, serão a preocupação constante e metódica do Governo Popular.

Democracia, autonomia e orientação da Universidade

O Governo da Unidade Popular dará amplo apoio ao processo de Reforma Universitária e promoverá resolutamente o seu desenvolvimento. A culminância democrática deste processo se traduzirá em importantes contribuições das universidades para o desenvolvimento revolucionário chileno. Em contrapartida, a reorientação das funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão com base nos problemas nacionais será incentivada pelas conquistas do Governo Popular.

O Estado destinará recursos suficientes às universidades para assegurar o cumprimento de suas funções e sua efetiva estatização e democratização. Consequentemente, o governo universitário corresponderá às suas respectivas comunidades.

Eliminados os privilégios de classe no sistema educacional como um todo, será possível o ingresso na Universidade dos filhos dos trabalhadores e também dos adultos, seja por meio de bolsas especiais ou por regimes simultâneos de estudo e trabalho, em cursos de nível superior.

Os meios de comunicação de massa

Esses meios de comunicação (rádio, editoras, televisão, imprensa, cinema) são essenciais para ajudar na formação de uma nova cultura e de um novo homem.

Por isso, devem ter uma orientação educativa e serem desvinculados de seu caráter mercantil, adotando medidas para que as organizações sociais disponham desses meios, eliminando a presença nociva de monopólios.

O sistema nacional de cultura popular estará especialmente preocupado com o desenvolvimento da indústria cinematográfica e com a preparação de programas especiais para os meios de comunicação de massa.

POLÍTICA INTERNACIONAL DO GOVERNO POPULAR

Objetivos

A política internacional do Governo Popular terá como objetivo a afirmação da plena autonomia política e econômica do Chile.

Haverá relações com todos os países do mundo, independentemente de sua posição ideológica e política, com base no respeito à autodeterminação e aos interesses do povo chileno.

Laços de amizade e solidariedade serão estabelecidos com os povos independentes ou colonizados, em especial aqueles que estão desenvolvendo suas lutas de libertação e independência.

Um forte sentido latino-americano e anti-imperialista será promovido por meio de uma política internacional dos povos, e não de chancelarias.

A defesa decidida da autodeterminação dos povos será promovida pelo novo Governo como condição básica da convivência internacional. Conseqüentemente, sua política será vigilante e ativa na defesa do princípio da não intervenção e na rejeição de qualquer tentativa de discriminação, pressão, invasão ou bloqueio por parte dos países imperialistas.

As relações, o intercâmbio e a amizade com os países socialistas serão fortalecidos.

Mais independência nacional

A posição de defesa ativa da independência do Chile implica denunciar a atual OEA como instrumento e agência do imperialismo norte-americano e lutar contra todas as formas de pan-americanismo implícitas naquela organização. O Governo Popular tenderá à criação de uma organização verdadeiramente representativa dos países latino-americanos.

Considera-se imprescindível revisar, denunciar e desautorizar, conforme o caso, os tratados ou acordos que impliquem compromissos que limitem nossa soberania e especificamente os tra-

tados de assistência mútua, pactos de ajuda mútua e outros pactos que o Chile tenha assinado com os Estados Unidos.

A ajuda externa e os empréstimos condicionados por razões políticas, ou que impliquem a imposição de realizar os investimentos derivados desses empréstimos em condições que violem a nossa soberania e que vão contra os interesses do povo, serão rejeitados e denunciados pelo Governo. Da mesma forma, serão rejeitadas todas as espécies de imposições estrangeiras sobre as matérias-primas latino-americanas, como o cobre, e os obstáculos impostos ao livre comércio que resultaram por muito tempo na impossibilidade de estabelecer relações comerciais coletivas com todos os países do mundo.

Solidariedade internacional

As lutas levadas a cabo pelos povos por sua libertação e pela construção do socialismo receberão a solidariedade efetiva e militante do Governo Popular.

Todas as formas de colonialismo ou neocolonialismo serão condenadas e será reconhecido o direito à rebelião dos povos submetidos a esses sistemas. Do mesmo modo, todas as formas de agressão econômica, política e/ou militar provocadas pelas potências imperialistas serão condenadas. A política internacional chilena deve manter uma posição de condenação à agressão norte-americana no Vietnã e de reconhecimento e solidariedade ativa à heroica luta do povo vietnamita.

Da mesma forma, se solidarizará efetivamente com a Revolução Cubana, posto avançado da revolução e da construção do socialismo no continente latino-americano.

A luta anti-imperialista dos povos do Oriente Médio contará com a solidariedade do Governo Popular, que apoiará a busca de uma solução pacífica baseada no interesse dos povos árabe e judeu.

Todos os regimes reacionários que promovam ou pratiquem a segregação racial e o antissemitismo serão condenados.

Política latino-americana

Em âmbito latino-americano, o Governo Popular defenderá uma política internacional de afirmação da personalidade latino-americana no concerto mundial.

A integração latino-americana deve ser construída com base em economias que se libertaram das formas imperialistas de dependência e exploração. No entanto, será mantida uma política ativa de acordos bilaterais nos assuntos de interesse para o desenvolvimento chileno.

O Governo Popular atuará para resolver os problemas fronteiriços pendentes a partir de negociações que previnam as intrigas do imperialismo e dos reacionários, tendo em vista o interesse chileno e dos povos dos países vizinhos.

A política internacional chilena e sua pressão diplomática devem romper todas as formas de burocratismo ou estagnação. Os povos devem ser procurados com o duplo objetivo de tirar lições de suas lutas pela nossa construção socialista e de oferecer nossas próprias experiências para que, na prática, se construa a solidariedade internacional que defendemos.

O cobre do Chile agora é chileno¹

SALVADOR ALLENDE

O ÁPICE DE UMA LONGA LUTA

Hoje é o Dia da Dignidade Nacional e também o Dia da Solidariedade. É o dia da Dignidade porque o Chile rompe com o passado; levanta-se com fé no futuro e inicia o caminho da sua independência econômica definitiva, o que significará a sua plena independência política.

Portanto, nada mais significativo do que ter escolhido para falar à pátria, como seu presidente, Rancagua, sua Plaza de los Héroes.

Aqui sentimos o passado, o heroísmo daqueles que, lutando, sacrificaram a vida para nos dar o perfil e o conteúdo do povo; aqui a imagem de O'Higgins está presente, e aqui podemos dizer ao Pai da Pátria que somos seus legítimos herdeiros, e é o povo que ganha esta batalha pela Independência e pela Dignidade Nacional.

É o dia da Solidariedade, porque o Chile, castigado pela força desenfreada da natureza, a recebe fraternalmente de seu povo generoso e dos povos irmãos do mundo. Recentemente, as tempestades, as chuvas incessantes, o frio e o peso da neve atingiram as casas, as indústrias; destruíram parte das instalações e dos trabalhos

¹ Texto extraído de *El cobre de Chile es ahora chileno. Discurso del presidente Allende en el Día de la Dignidad Nacional. Consejería de difusión de la Presidencia de la República*. Editora Nacional Quimantú, 1971. Discurso do presidente Allende no Dia da Dignidade Nacional em Rancagua, 11 de julho de 1971.

Tradução: Aline Piva.

agrícolas. E agora, há poucas horas, minutos, por assim dizer, três províncias – Valparaíso, Aconcagua, no departamento de Petorca, e Coquimbo, no de Illapel – foram assoladas por um violento terremoto que trouxe dor, miséria e sofrimento a milhares de nossos compatriotas.

Neste dia, que deveria ser pleno de alegria, a tristeza e a angústia vivem suas longas horas nas casas de milhares e milhares de chilenos. Oitenta e dois mortos, 182 feridos graves, 80 menos graves e 185 leves é o rastro de pesar deixado pelo terremoto. Ainda assim, há algo mais que, por certo, não pode ser comparado com as vidas perdidas de homens e mulheres que poderão ficar inválidos e que necessitarão, muitos deles, ainda que feridos não muito gravemente, de longos dias para voltarem a seus lares e à atividade.

Estas províncias foram atingidas no campo, nas cidades, nas indústrias, nos serviços públicos fundamentais. Em Valparaíso, por exemplo, as fábricas têxteis básicas e um número crescente de pequenas e médias [empresas] não poderão seguir trabalhando imediatamente. Isso cria uma ameaça de desemprego e uma fonte de preocupação em muitos lares. Da mesma forma, isso ocorre no departamento de Petorca e em Illapel. Também sofremos graves danos na fábrica da Enami, em Las Ventanas, no porto de San Antonio e na Enap de Concón e, em termos de serviços públicos, os danos são muito elevados nos hospitais; 19 deles estão inutilizados, especificamente os de Combarbalá, Illapel, Melipilla e Casablanca.

Um estudo inicial indica-nos que devemos investir mais de 9 milhões de escudos na reparação de hospitais e clínicas. O número de repartições públicas destruídas também aumentou, assim como 40 delegacias e postos de controle dos carabineiros.

Gostaria de destacar a magnitude do terremoto, informando que, na província de Coquimbo, 30% das casas foram danificadas. No Aconcagua, no departamento de Petorca, 40%. Em Santiago, 25%. Em Valparaíso e Viña, 32%. Um dado mais preciso demonstra que em Illapel há 718 casas inabitáveis e 298 semidestruídas. É por isso que este dia, que é o da Dignidade, deve ser também o Dia

da Solidariedade, e as províncias e os homens e mulheres do Chile atingidos pelo vento, pela chuva e pela neve terão que ter coragem, como o resto de nossos companheiros, como o resto dos cidadãos, para se levantar e estar nas áreas atingidas pelo terremoto. Assim o Chile demonstrará sua integridade e a vontade do povo.

Destaco o caráter extraordinário deste ato; como se uniu o povo de Rancagua, como estão aqui camponeses, empregados, profissionais e técnicos, mulheres e jovens; como vejo desta tribuna os capacetes dos mineiros, que, nas palavras de seus dirigentes, trazem perante a história e sua consciência o compromisso de serem trabalhadores exemplares, de produzir mais cobre e colocá-lo a serviço da pátria.

Estão aqui Ministros de Estado, Subsecretários, Dirigentes Nacionais de organizações ligadas ao cobre; diretores da Corporação de Desenvolvimento. O companheiro presidente da Central Única dos Trabalhadores está nesta tribuna. Estão também o comandante da guarnição, o tenente-coronel Raúl Martínez; o coronel da Aeronáutica, sr. Claudio Sepúlveda, diretor da Sociedade Mineira de El Teniente, e o chefe da Terceira Zona de Carabineiros, general Sergio Moya. E gostaria de mencionar, destacando o significado da presença nesta tribuna, vindo de Santiago especialmente para a ocasião, do cardeal da Igreja chilena, Raúl Silva Henríquez.

Acima de posições, ideias, princípios, doutrinas ou crenças, no caldeirão do Chile, o povo se une para gritar: Viva o Chile, independente e soberano!

"ESTAMOS DIANTE DE UM DESAFIO"

Companheiras e companheiros da pátria: eu quero fazer um informe, mais do que propriamente um discurso. É fundamental que cada um pese, recorde, compreenda que é imperativo cumprir o compromisso que decorre claramente do desafio que enfrentamos. Não viveríamos este momento histórico se o povo não tivesse conquistado a vitória de 4 de setembro.

Hoje culmina uma longa luta das forças populares para recuperar para o Chile sua riqueza essencial: o cobre, mas, ao mesmo tempo – e é preciso repetir –, queremos acabar com o latifúndio, fazer com que todas as riquezas mineiras, e não só o cobre, sejam nossas, estatizar os bancos e nacionalizar as empresas industriais monopolistas estratégicas.

É por isso que cada homem e cada mulher deve entender que queremos colocar a economia a serviço dos chilenos, e que os bens de produção essenciais devem estar na área da economia social, para que, assim, possamos aproveitar seus excedentes e elevar as condições materiais de existência do povo, abrindo-lhe diferentes horizontes espirituais.

Mas ao expressar que o Chile será dono do cobre, devemos acrescentar que, lamentavelmente, não poderemos aproveitar os excedentes de sua comercialização, pois teremos que investir não apenas grande parte dos lucros, se não todo ele, justamente para defender o cobre e fazê-lo atingir níveis de produção indispensáveis ao desenvolvimento do país. Isso se dará pelas condições em que receberemos as minas, situação que explicarei oportunamente.

Não obstante, quero insistir: porque o povo é o governo, é possível dizer que hoje o cobre será dos chilenos, já que os grupos minoritários que governaram o país – as velhas e rançosas oligarquias – sempre estiveram comprometidos com capital estrangeiro e muitos de seus integrantes defenderam interesses estrangeiros, postergando os sagrados interesses nacionais.

Queremos que se entenda, então, que até agora prevaleceu uma concepção tipicamente capitalista que deu a livre gestão do cobre a empresas da indústria privadas. Por isso, lamentavelmente, também devemos lembrar que, quando essas riquezas foram entregues, aos chilenos nos foi negado o direito de administrá-las, nosso povo foi menosprezado e nós fomos submetidos à tutela estrangeira. Isso não só permitia que saíssem da pátria somas fabulosas de dinheiro, riquezas imensas, para fortalecer as economias estrangeiras, como essa mesma dependência limitou nossas possibilidades de preparo técnico.

Na gestão técnica de nossa riqueza mais fundamental, aceitamos imposições estrangeiras que colocavam os chilenos em situação inferior em relação aos estrangeiros. Para aferir a responsabilidade dos que têm estado à frente da nação, basta assinalar que neste país, riquíssimo em jazidas minerais, não há sequer um registro completo de suas possibilidades nesse campo. Não existe um órgão nacional centralizado que reúna os geólogos. Tampouco foi criado um Instituto de Pesquisa sobre o Cobre. Em outras palavras, permanecemos submissos, sem entender ou olhar para o futuro e sem vislumbrar a importância transcendente que tem e terá a preparação dos chilenos para assumir a obrigação inescapável de fazer produzir suas jazidas, principalmente agora, quando as minas pertencem ao povo e são do Chile.

ORIAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA

E foram longos anos sem o menor controle, os governantes satisfeitos apenas em receber uma porcentagem dos lucros. Foram longos anos em que, lentamente, por meio da ação do povo e de seus partidos de vanguarda, foi-se criando uma consciência que apontava aos poderes públicos a necessidade de entender que não era possível continuar a exploração do bem mais importante para o país, o cobre, de forma tão irresponsável. Devo lembrar que mais tarde, e como consequência de os setores populares terem apresentado um projeto para criar a Corporação de Minerais Básicos, que levava minha assinatura, em um momento difícil para o Chile, no qual havia acumulado um grande estoque, nasceu a Codelco. Ou seja, a Corporação do Cobre, que começou a ser um organismo que permitia aos chilenos ver em linhas gerais o que acontecia no cobre, embora ainda sem poder intervir na gestão das empresas.

Porém, na consciência das massas populares e na concepção dos partidos de vanguarda, na luta dos trabalhadores, ficou impressa a vontade inabalável de continuar avançando.

A batalha eleitoral de 1964 se deu, essencialmente, diante de dois critérios: os que apoiavam a chamada chilenização do cobre e nós, os que lutávamos por sua nacionalização.

CHILENIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO

Dois documentos públicos estabeleceram a diferença entre as duas concepções, e se então me coube percorrer todo o Chile para dizer por que lutávamos pela nacionalização, me cabe agora, como Presidente do Povo, convertê-la em realidade.

Sempre dissemos que a chilenização, considerada por alguns como um avanço, era incompleta, e que os chamados convênios prejudicavam os interesses do país em benefício das empresas. Quero trazer alguns números: a Anaconda, em troca de 51% das ações, recebeu notas promissórias no valor de 175 milhões de dólares. Naquela época, o “valor contábil” da referida sociedade era de 181 milhões. Ou seja, pelo 51% pagamos praticamente o preço total da empresa.

No caso de El Teniente, como disse o companheiro Moraga, 80 milhões de dólares foram pagos a Branden, embora o “valor contábil” fosse inferior a esse valor. Além disso, nosso governo garantiu um crédito de 125 milhões de dólares, considerando a taxa de juros.

Não há compromisso em relação aos 49% das ações da Branden, o que poderia ter permitido a valorização dessas ações após os planos de expansão se o Chile quisesse comprá-las. Deve-se notar também que a administração permaneceu nas mãos dos norte-americanos, apesar de estes terem apenas 49% do capital. Foi assinado um convênio com a Anaconda que dava ao Chile a opção de adquirir 49% das ações em circulação, mas o preço dependeria dos lucros obtidos nos dois anos anteriores a essa compra, o que, presumivelmente, segundo os cálculos, faria que, por porcentagem, fosse paga uma quantia muito alta.

Em consequência do que exponho, as empresas, para aumentar a sua rentabilidade, têm, nos últimos anos, explorado sobrema-

neira os minerais, de forma totalmente prejudicial aos interesses nacionais e à custa da exploração futura.

O QUE ACONTECEU ATÉ AGORA

Antes de passar a expor a política do Governo Popular, quero me referir brevemente ao que tem acontecido até agora na exploração do cobre por empresas privadas em mãos estrangeiras. Gostaria de lembrar que os investimentos iniciais giram em torno de 50 a 80 milhões de dólares. Quero lhes dizer que, de 1930 a 1970, os lucros das empresas atingiram 1,566 bilhão de dólares. Que os valores não devolvidos – ou seja, que ficaram de fora do Chile – chegam a 2,673 bilhões de dólares neste período. Enquanto isso, entre os anos de 1930 e 1970, foram feitos investimentos líquidos no valor de 647 milhões de dólares. Mas esse investimento líquido foi feito a crédito, e hoje as empresas devem 700 milhões de dólares ao próprio governo; por dividendos, cerca de 100 milhões, e, além disso, 71 milhões à Codelco e 31 milhões de dólares ao comércio internacional e nacional.

Comparem estes números com os lucros obtidos, que também vou apresentar. Mas é preciso entender que o chamado “Plano de Investimentos” tem significado dívidas, ou melhor, compromissos das empresas com instituições internacionais. Por exemplo: a Companhia Mineradora El Teniente, 239 milhões, que com os créditos chega a 321. A Mineradora Andina, 132 milhões, que chega a 159 com os créditos. Ou seja, *foram investidos 132 milhões e são devidos 159 milhões*. Chuquicamata: o plano de investimentos representa 147 milhões, e *são devidos 132 milhões*. No total, repito, o Plano de Investimento significou 622 milhões de dólares, e *as dívidas são de 704 milhões de dólares*. Porém, diante disso, o que pesará sobre nós? Compromissos aos quais teremos de responder, porque o governo do povo saberá respeitar os compromissos internacionais do Chile, aos quais não descumpriremos de forma alguma. E repito, embora sejam cifras grandes, que pesam no presente e no futuro de nossa

pátria, o governo popular cumprirá com os créditos do Chile para demonstrar que o governo assume plenamente a responsabilidade por suas ações.

Porém, por que essa dívida deveria ser considerada quando as empresas tiveram lucros como os que vou apontar? A Braden, entre 1960 e 1964, obteve 62 milhões de dólares de lucro, e entre 1965 e 1970, 156 milhões. El Salvador, de 1960 a 1964: 9,9 milhões de dólares; e de 1965 a 1970: 71 milhões de dólares; Chuquicamata, de 1960 a 1964: 141 milhões de dólares; e de 1965 a 1970, 325 milhões de dólares. Cifras totais: de 1960 a 1964, somando El Teniente, El Salvador e Chuqui, 213 milhões de dólares. De 1965 a 1970, somando os lucros das três empresas que citei, 552 milhões de dólares. Mas vejamos as médias anuais: as empresas obtiveram, de 1960 a 1964, quando eram proprietárias plenas das ações, uma média anual, no caso de El Teniente, de 12 milhões de dólares; e essa mesma empresa, com 49% – entre 1965 e 1970 – obteve uma média anual de 26 milhões, ou seja, o lucro da empresa dobrou, tendo apenas 49% das ações.

No caso de El Salvador, com 100%, entre 1960 e 1968, uma média anual de 5,1 milhões de dólares, e de 1969 a 1970, com 49% das ações, essa empresa obteve uma média anual de 12 milhões. E no caso da Chuqui, de 1960 a 1968, com 100%, eles tiveram uma média de 45,5 milhões de dólares por ano, e entre 1969 e 1970, tendo apenas 49% das ações, eles tiveram um lucro médio de 82,5 milhões de dólares. É por isso que criticamos os convênios do cobre, criticamos a chilenização e criticamos a nacionalização pactuada, e é por isso que sempre dissemos, e confirmamos agora, que éramos partidários da nacionalização integral, para que grandes somas não saiam do país, para que o Chile não continue a ser um país pedinte que pede com a mão estendida alguns milhões de dólares enquanto saem de nossas fronteiras cifras altíssimas que vão fortalecer os grandes impérios internacionais do cobre.

Não queremos ser um país em desenvolvimento que exporta capital; não queremos continuar vendendo barato e comprando

caro. Por isso existe o programa da Unidade Popular, que é um programa essencialmente patriótico, colocado a serviço do Chile e dos chilenos. E é por isso que estou aqui, como presidente do povo, para cumprir implacavelmente esse programa.

Gostaria de repetir que as empresas sacaram, entre 1965 e 1970, 552 milhões de dólares. Desse montante, nem um centavo ficou nos programas de expansão, aqueles que são devidos em sua totalidade. Por isso, fazendo este balanço sumário de ontem e hoje, pode-se pensar que se entende a posição do governo popular, qual é a posição de vocês, que são do governo, companheiros. Logicamente, diferimos daqueles que, com critérios inacreditáveis, por anos e anos toleraram e aceitaram a gestão irrestrita de empresas privadas ao seu arbítrio e capricho. E também diferimos da Democracia Cristã em seus critérios quanto aos convênios e à nacionalização e chilenização pactuadas.

Para que o Chile possa utilizar plenamente a riqueza essencial do cobre, ele deve ser, como disse há pouco, totalmente incorporado à área social da economia. E por isso o governo popular estabeleceu três medidas essenciais: nacionalizar as minas, determinar em que estado se encontram e aumentar racionalmente a produção.

PAGAREMOS INDENIZAÇÃO SE ISSO FOR JUSTO

1) *Reforma constitucional (Nacionalização)*

Vejamos o projeto de nacionalização. Sustentamos que era o mais importante e foi o primeiro a ser enviado ao Congresso Nacional. Muitos sustentavam que bastava uma lei. Dissemos que era necessária uma reforma constitucional, única forma de desfazer o emaranhado jurídico-econômico que nos prendia às empresas. Acabar, assim, com os chamados contratos-leis, os convênios, a chilenização e a nacionalização pactuada. Também era fundamental que essa reforma fixasse o valor contábil, os lucros obtidos pelas empresas acima da média mundial e o prazo para pagamento de

indenizações. Além disso, era indispensável estabelecer e apontar quem seria o responsável pelo pagamento das indenizações dos trabalhadores, empregados e técnicos. Gostaria de dizer, honestamente, que me opus à consignação dos direitos dos trabalhadores do cobre na reforma constitucional. Eu me opus a isso, ouçam bem, companheiros, porque ao fazer isso, e assim foi estabelecido, haveria uma espécie de desconfiança de vocês em relação ao seu próprio governo. Sempre pensei que, à Carta Fundamental, não podem sequer serem incorporadas as conquistas de um setor da importância dos trabalhadores do cobre. Além disso, queria que os trabalhadores do cobre compreendessem que a garantia não está na boca da Carta Fundamental, mas na consciência dos trabalhadores e em sua presença no governo da república.

Não vou vetar o preceito que está incorporado, mas ressalto que é desnecessário. Além disso, queríamos que todas as jazidas mineiras em nome de terceiros, que podem e devem pertencer a empresas, passassem para o Estado. É fundamental entender como foi despachado o projeto que o Congresso vai votar nesta tarde. E ressalto que, apesar de não ter saído como queríamos, é um avanço, e com certeza respeitamos a decisão do Congresso, assim como o Congresso também deve respeitar a nossa, e veremos depois da votação desta tarde se é necessário ou não vetar o projeto de reforma constitucional.

Achamos que neste projeto são concedidas demasiadas garantias e faculdades aos concessionários; refiro-me aos concessionários de minas, o que os torna quase proprietários. O prazo para pagamento das indenizações, que originalmente era de 30 anos, agora pode ser menor. Originalmente, os juros eram de apenas 3% ao ano. Agora, podem ser elevados. No nosso projeto, as atuais administrações das empresas foram responsabilizadas pela situação dos bens sob sua responsabilidade. Sob sua responsabilidade. No projeto votado pelo Congresso, esta disposição é suprimida. O projeto original dissolvia as sociedades mistas constituídas em virtude dos convênios, e facultava ao Presidente da República a

organização de sua exploração em nome do Estado. O projeto que o Congresso vai votar reconhece as sociedades mistas e estabelece novas sociedades que serão uma continuação daquelas. A mudança visa salvar os resultados dos convênios. Essa razão política serviu apenas para tornar algumas disposições do projeto de lei mais confusas.

No projeto original, o Estado tinha poderes mais amplos para saldar as dívidas das empresas que pagava. O atual projeto também possui, além disso, outras lacunas que não poderemos analisar para não dar argumentos justamente às empresas que seguramente defenderão seus direitos. E ressalto que suas possibilidades de defesa de direitos estão assim garantidas, demonstrando a lisura deste governo e também do Congresso, ao estabelecer que será a Controladoria-Geral da República quem fixará o valor da indenização, quando for entregue ao Chefe do Estado a apreciação do que deve ser descontado pelos lucros excedentes obtidos sobre a média internacional, podendo este mesmo presidente da república fixar o prazo em que essas indenizações deverão ser pagas. Instituí, ainda, um tribunal ao qual podem recorrer as empresas, composto por dois ministros da Corte, o chefe da Receita Federal e também por um representante do Tribunal Constitucional, que terá de ser instituído, e o vice-presidente da Corfo. Com isso, estamos demonstrando que este governo popular, que é um governo revolucionário, dá inclusive aos que exploraram o Chile a possibilidade de defender seus direitos, e podem fazê-lo legitimamente. Agimos com responsabilidade e mostrando que o povo não precisa se apropriar do que é dos outros, mas simplesmente transmitir, com consciência revolucionária, a verdade das empresas. E pagaremos uma indenização se isso for justo, e não pagaremos se isso for injusto.

Por isso, podemos dizer que o projeto inicial defendia, a nosso ver, melhor os interesses do Chile. No entanto, o projeto que esperamos que seja aprovado no Congresso é uma ferramenta que nos permitirá, além de tomar essas medidas administrativas, defender

esses interesses. O Chile vai nacionalizar o cobre em virtude de um ato soberano, um ato soberano que está consagrado inclusive na Declaração das Nações Unidas, que estabelece que os países têm o direito de nacionalizar suas riquezas essenciais. Por isso quero assinalar uma vez mais esta primeira batalha, muito longa e permanentemente travada pelos partidos populares. Os dois primeiros projetos de nacionalização do cobre levam a assinatura de Salvador Ocampo, atualmente morando no México, e que foi senador comunista, e desse velho admirável, que foi presidente do Partido Comunista e meu amigo pessoal, Elías Lafertte. E o outro projeto de nacionalização do cobre tem minha assinatura e foi apresentado em nome dos parlamentares socialistas. Em outras palavras, esta batalha foi longa, mas deve-se notar que a consciência do povo permitiu que hoje, no Chile, a grande maioria dos chilenos estejam juntos com o Chile e seu futuro, e que eles sintam este dia como seu próprio dia. O Congresso Nacional, ao aprovar a ideia modificadora da Constituição, para que possamos nacionalizar o cobre, ouviu o clamor, a potência e a força com que o povo lutou e lutará para recuperar as riquezas do Chile em mãos do capital estrangeiro.

Chega neste instante uma informação dos trabalhadores de El Salvador, e o povo deve ouvi-la. Ontem, sábado, os trabalhadores de El Salvador bateram todos os recordes de produção da história da mina. Produziram 52 mil toneladas, o dobro da produção normal, 15 mil toneladas acima do que havia sido alcançado como a cifra mais alta em 1966. Saúdo daqui, com orgulho patriótico, os trabalhadores do cobre de El Salvador que neste dia entregam esta cifra que reflete sua consciência revolucionária e sua vontade como chilenos.

Eu disse que a primeira medida era a reforma constitucional. Em seguida, a segunda, estabelecer como recebíamos as minas, o balanço delas. Antes de entrar em detalhes, quero lembrar os seguintes antecedentes, para que se possa ver a magnitude do que é o cobre para o Chile.

Temos as maiores reservas do mundo. Um pouco mais de um quarto das reservas mundiais. No entanto, nossa produção vem diminuindo em escala internacional. Hoje é apenas 13% da produção mundial. Há 20 anos, era cerca de 20%. Ao detalhar as condições em que recebemos as minas, vou me referir apenas a esses dois grandes gigantes que são Chuquicamata e El Teniente. Chuquicamata, a maior mina a céu aberto do mundo, que é um gigante envelhecido prematuramente, e El Teniente, a maior mina subterrânea de cobre do mundo e que é um gigante deformado, companheiros.

Herdamos a forma irracional de exploração das empresas privadas estrangeiras, fundamentalmente interessadas em obter o máximo lucro no curto prazo sem considerar o interesse nacional e o futuro das minas. É por isso que o representante dos supervisores, companheiro Rodríguez, fez bem ao apontar aqui que muitas vezes os técnicos, embora não tenham alcançado os níveis superiores de conhecimento da gestão da mina, dos planos geológicos e dos detalhes dos planos de desenvolvimento que foram impostos de fora, criticaram como essa exploração estava sendo realizada. É por isso que nós, levando em conta a importância transcendente que representa para todo o Chile e para o mundo saber em que condições estão as minas e como vamos recebê-las, solicitamos um relatório de uma organização importante, como é a Sociedade Francesa de Minas, que conta com mais de 2 mil técnicos e tem um indiscutível prestígio nacional e internacional. Além de contratar esses técnicos franceses, que são assessores de serviço em seu próprio país e em outros, o Chile contou com o estudo realizado por companheiros que vieram dos países socialistas e fundamentalmente com uma delegação de técnicos enviada pela União Soviética a pedido deste que lhes fala; portanto, o que vamos dizer e que o Chile deve saber, a realidade e o balanço de como recebemos as minas, é baseado no relatório essencial de uma organização de prestígio internacional e também na opinião de técnicos socialistas que têm a mesma solvência e que falam a mesma língua que os franceses.

O relatório francês que resumo para vocês diz:

Chuquicamata: o relatório destaca que a jazida foi explorada pensando apenas em receber lucros imediatos. Por exemplo, nos últimos anos, a empresa vem extraindo minério de cobre intensivamente sem retirar o rejeito, o que dificulta muito a continuidade do trabalho. E retirar o rejeito, segundo os cálculos, equivale a um valor superior a 20 milhões de dólares. As reservas de material preparadas para sua extração são suficientes apenas para alguns meses. A remoção rápida do lastro aumentou o custo de produção.

Além disso, diz o relatório francês:

as atuais instalações de manutenção dos equipamentos de mineração não correspondem ao tamanho da empresa e estão em mau estado. Para deixar a mina em condições de exploração racional é preciso investir mais de 30 milhões de dólares.

Ouçam bem, nós que somos acusados de termos expulsado os técnicos estrangeiros quando repetidamente dissemos aos que supúnhamos ter capacidade técnica para que ficassem, dissemos-lhes que nunca negaríamos o conhecimento de qualquer homem, seja qual for o país onde houvesse nascido, ou quaisquer que fossem suas ideias, desde que aceitasse ser um técnico e respeitasse a orientação que o Chile queria dar à exploração das minas. Pensem vocês: em 15 anos em Chuquicamata, passaram 13 superintendentes gerais; pelo concentrado do Chuqui, nos últimos 3 anos, 6 superintendentes; ou seja, o êxodo, a saída dos técnicos, vem ocorrendo há muitos anos, porque os técnicos que trabalham nas minas do Chile fazem parte de um grande consórcio internacional e para eles havia expectativas econômicas com outros países. É por isso que nós mesmos tivemos que nos queixar, e que fique claro que nossa atitude não foi e nunca será abrir mão de aproveitar a capacidade técnica de um homem, seja qual for sua posição política e o país onde tenha nascido. O relatório francês diz: “todas as plantas estão em um estado alarmante, porque as medidas apropriadas não foram tomadas a tempo”; ouçam, jovens companheiros. Por exemplo, a planta de molibdênio

está em ruínas e as células de exploração da planta principal não estão em melhores condições. Os franceses o dizem, os soviéticos o dizem.

O relatório continua textualmente na página 5, referindo-se aos nossos compatriotas: “Os atuais responsáveis chegaram a tal situação que se veem confrontados com todos os problemas ao mesmo tempo, herdaram tal situação”. Ou seja, nossos técnicos, sem grande experiência, tiveram que fazer um esforço e conseguiram manter os níveis de produção e o esforço e dedicação dos chilenos são reconhecidos nos próprios relatórios dos franceses e soviéticos. É por isso que lembramos àqueles outros que não têm fé no povo e na capacidade de nossos homens. Sabemos que é um grande desafio, e esse desafio, na parte que realizamos até agora, foi cumprido, como indicamos, pelos técnicos, pelos funcionários, pelos supervisores, pelos trabalhadores do cobre, e o melhor exemplo está aqui, nos dados da produção de El Salvador que acabei de entregar para vocês.

O relatório francês diz: a instalação de tratamento de óxido, que data do início do século – vejam, aquela usina é mais velha que eu –, hoje já está completamente obsoleta, ou seja, não tem mais utilidade técnica. Acrescentam os franceses: nestas condições, tendo de combater continuamente dificuldades de toda a ordem, quer pela obsolescência dos equipamentos de trabalho, quer pela natureza refratária dos minerais de La Exótica, só podemos felicitar os atuais responsáveis, que conseguiram, apesar de tudo, garantir um certo nível de produção.

O relatório francês afirma em relação às fundições: “os fornos reverberatórios estão mal implementados em relação aos conversores. Não existe nenhum sistema de controle físico-químico que permita o manejo racional das unidades de fusão”. Acrescenta ainda: “os problemas de higiene e segurança dos trabalhadores estão mal resolvidos. Não há manutenção preventiva”. Adverte, assinala, condena: “os gases dos conversores não são aproveitados, perdendo mais de mil toneladas de ácido sulfúrico por dia. A recuperação

do ácido não seria apenas economicamente rentável, mas também melhoraria a salubridade das tarefas”. Ou seja, mil toneladas de ácido sulfúrico são perdidas diariamente, assim como o ouro, a prata, o tungstênio e o rênio que eram carregados nas barras não foram extraídos.

Sobre as refinarias, afirma, a número 1 está obsoleta e mal conservada; a 2 está em bom estado. E este é o relatório francês. E com ele coincidem os soviéticos em suas linhas gerais e demonstram em que condições recebemos a maior mina a céu aberto do mundo. Por isso, tenho dito que Chuquicamata é um gigante doente, e teremos que nos esforçar para que os técnicos chilenos, com uma posição distinta de técnica e de engenharia, recuperem essa riqueza fundamental que frustrou a ganância dos empresários privados que queriam tirar os lucros sem investir o suficiente e necessário para preservar o futuro das minas.

O caso de El Teniente não está, segundo o relatório francês, em melhores condições, apesar de se reconhecer que as instalações são indiscutivelmente melhores. Embora o trabalho da seção de mineração seja em geral satisfatório, dizem eles, os novos tipos de rochas que foram encontrados tornam necessária a modernização do sistema de exploração. Ou seja, o que foi feito até agora só foi possível porque a rocha é mole. Entre a futura rocha a ser explorada e a atual existe uma camada de água, e também a rocha que está embaixo é muito dura e a exploração com os blocos submersos vai exigir um estudo profundo e inovações que vão custar muito dinheiro e que, do ponto de vista dos estudos matemáticos de ampliação, deveria ter sido investido há muito tempo.

Isso significa que devem ser iniciados imediatamente trabalhos experimentais para a elaboração dos projetos necessários que exigirão a incorporação de especialistas altamente qualificados.

O relatório francês diz: a construção do novo concentrador de Colón é limitada devido ao péssimo abastecimento de água. Não se entende como um investimento de expansão da produção de 250 milhões de dólares pode ser deixado à mercê das intempéries.

Já no ano passado houve dificuldades, mas a empresa administradora nada fez para superá-las. Um investimento, para ter a água necessária, teria sido de apenas 10 milhões de dólares quando a expansão começou. Agora teremos que investir 15 ou 20 milhões de dólares, e vamos demorar um ano ou um ano e meio para garantir a água necessária.

Desde logo, na fundição, como todos sabemos, tem havido sérias dificuldades na transição do sistema antigo para um mais moderno. Houve erros de planejamento e a empresa administradora não enviou especialistas na nova tecnologia em tempo hábil. A produção foi seriamente prejudicada e fomos obrigados a reduzir as entregas, invocando causa maior nesta empresa.

As dificuldades de gestão são muito maiores do que em Chuquicamata; embora cada uma dessas unidades possa ser relativamente bem administrada, o conjunto funciona mal e isso é responsabilidade exclusiva da empresa administradora. Isso pode ser deduzido do relatório dos franceses.

No restante das minas, ou seja, Exótica, El Salvador e Andina, também temos o relatório dos franceses, mas não vou entrar em detalhes para não prolongar muito a minha intervenção. Assim, já explicamos, diante de vocês, duas das medidas: o projeto de reforma constitucional e o relatório dos franceses e dos soviéticos sobre as condições das minas.

Gostaria de falar brevemente sobre a produção. Os setores opositores ao governo têm insistido na queda da produção, comparando os números alcançados neste ano com os estimados pelo plano de expansão elaborado por eles. Vejamos o que aconteceu antes.

Para 1968, foram programadas 566 mil toneladas métricas e apenas 519 foram produzidas; para 1969, 564 foram programadas e apenas 540 foram produzidas; para 1970, foram programadas 676 mil toneladas métricas e chegamos somente a 540. Para dar-lhes uma ideia do que isso significa, quando em 1970 o Chile produziu 136 mil toneladas a menos do que o programado, isso

representou para o país uma queda no ingresso de divisas de cerca de 550 milhões de dólares. As projeções de produção que o governo anterior divulgou como resultado dos convênios de chilenização e de nacionalização foram muito diferentes da realidade. Foi dito que haveria um aumento de 70%. Isso significou mais 17 mil toneladas.

Por isso repudiamos que queiram culpar o governo popular pela menor produção, ignorando sobretudo a realidade das minas, ignorando os relatórios que temos e cuja solvência ninguém pode negar. Nos perguntamos: por que antes de assinar os convênios, por que antes de aceitar a chilenização ou a nacionalização pactuada, não houve um estudo exaustivo da realidade das minas? Quanta coisa teríamos evitado, quantas dificuldades que surgem hoje não teríamos se tivéssemos agido de forma preventiva. Por isso, antes de discutir as indenizações, queríamos ter os relatórios para que o Chile e o mundo saibam a razão de estimarmos que valor devemos pagar ou não, porque reafirmo, com base nesses relatórios e na realidade das minas, agiremos com decisão, com coragem, com valentia, com equanimidade, o governo de vocês, o governo do povo. Reconhecemos que o aumento de produção neste primeiro semestre, em relação ao ano passado, se deve ao fato de que as minas Exótica e Andina entraram em produção, e declaramos que em El Teniente tivemos que enfrentar sérios problemas e que a queda na produção se deve à falta de água, falhas técnicas nos conversores, reparo de um forno reverberatório e às consequências da tempestade de junho que afetou o fornecimento de energia elétrica, paralisando as usinas de Colón e a fundição por seis dias. Mas tenho fé no povo, que são vocês, companheiros trabalhadores de El Teniente. Tenho confiança nos técnicos, nos profissionais, nos funcionários e, fundamentalmente, tenho confiança em vocês, companheiros mineiros, trabalhadores de El Teniente. Eu, que tantas vezes fui falar com vocês, voltarei a subir a montanha branca para descer à mina, na casa, nas seções, para dizer ao homem de El Teniente que eles têm que responder à sua

consciência e à história, que o povo espera dos trabalhadores de El Teniente sua presença no trabalho, menos ausência, sua responsabilidade, que as palavras do companheiro dirigente Moraga se tornem realidade; tenho confiança em vocês e não só os trabalhadores de El Salvador falarão com orgulho do aumento da produção, mas vocês, companheiros de El Teniente, se sacrificarão mais porque um centavo a mais de produção, uma tonelada a mais de produção, representa milhões e milhões para o Chile. Eu entrego a vocês, neste dia histórico, a grande tarefa de superar as dificuldades de El Teniente e se tornarem pioneiros na produção de metal vermelho. E isso é ainda mais importante ao se ter em conta o que o Chile sofreu, como disse recentemente, em suas indústrias, na agricultura, e por isso nossa riqueza essencial deve ser aumentada, especialmente se levarmos em conta como o cobre caiu de preço no mercado internacional

Veja estes números: a média dos seis anos anteriores foi de 61 centavos por libra de cobre. A média desses seis meses de Governo Popular foi de apenas 50 centavos, 11 centavos a menos de renda nesses meses por libra de cobre. Nos atuais níveis de produção, a diferença de um centavo significa uma receita anual menor de divisas para o país de 17 milhões de dólares e, para o orçamento fiscal, de 14 milhões de dólares. Sessenta e um centavos em média por libra de cobre nos últimos seis anos. Nesses meses, apenas 50 centavos.

A redução de um centavo na libra de cobre significa 14 milhões a menos por ano para o orçamento nacional e 17 milhões em ingresso de divisas. Lamentavelmente, de acordo com as expectativas, não haverá altas acentuadas no preço do cobre. Basta pensar que, com as minas norte-americanas em greve, só o cobre subiu agora para 52 centavos.

Quero assinalar que indiscutivelmente o preço do cobre também se manteve alto devido ao conflito no Vietnã, mas os chilenos, na nossa consciência, preferimos que o cobre baixe, mas que deixem de agredir a um pequeno e digno povo que luta por sua

independência. Temos suficiente consciência revolucionária para entender que o preço do cobre pode baixar, e nós o toleramos, desde que a paz chegue ao Vietnã e o povo do Vietnã tenha o direito de viver sua própria vida.

Companheiros, agora desejo traçar as tarefas para o futuro. Finalmente, e pela primeira vez em nossa história, o Chile terá uma política nacional de mineração. Não haverá mais empresas de fora, estrangeiras, proprietárias das grandes minas de cobre. Dos pirquineros às grandes mineradoras estatizadas, todos deverão se unir em direção a uma política nacional, a um plano que permita aproveitar essas riquezas com profundo sentido chileno, nacional e patriótico, até que seja criado o grande complexo minero-industrial do cobre. Temos que aumentar o refino, temos que aproveitar os subprodutos que são desperdiçados, ou estavam sendo levados embora em barras de cobre, ouro, prata, rênio, tungstênio, ácido sulfúrico. Temos que criar a grande indústria moderna. A fabricação de produtos manufaturados para consumo interno e de exportação. Quero dar-lhes apenas um exemplo: neste momento, no departamento de Chañaral, existe um rio chamado Salado. Ali são despejados os rejeitos de Potrerillos. Durante anos, particulares retiraram cobre desses rejeitos e, segundo os números que temos, duas empresas retiraram cerca de 8 milhões de dólares por ano como resultado do cobre que desceu nos rejeitos pelo rio Salado, o que também prejudicava a agricultura da região.

Agora existe uma verdadeira Califórnia do cobre, e alguns companheiros desempregados, mas também funcionários públicos, profissionais liberais, empregados e trabalhadores com emprego estão lavando as águas do rio da forma mais primitiva para retirar o cobre. Quantos anos, quanta riqueza entregue a particulares e como a miragem de um sentido privado leva alguns chilenos a tentar obter para si mesmos aquela riqueza que não lhes pertence. E este governo vai dar trabalho aos desempregados, mas este governo não vai aceitar, e as duas concessões que tornaram duas

empresas multimilionárias já caducaram, e este governo vai dizer ao resto das pessoas que estão ali, para voltarem para seus empregos porque esse cobre deve ser para todo o Chile e fundamentalmente para melhorar as condições dos trabalhadores de Chañaral.

Para além da importância econômica que já assinalei, temos uma importância política para considerar. Com o passo que vamos dar, rompemos a dependência, a dependência econômica. Isso significa independência política. Seremos donos do nosso próprio futuro, verdadeiramente soberanos de nosso destino. O que se fizer no cobre dependerá de nós, de nossa capacidade, de nosso esforço, de nossa dedicação abnegada para que o cobre seja plantado no Chile para o progresso da pátria. Será o povo quem terá de compreender, e compreende, que este é um grande desafio nacional, ao qual não só os mineiros, mas todo o povo, tem que responder. Temos que responder, então, entendendo que isso, repito, é algo que temos que enfrentar e também é um desafio técnico. Temos que criar a nossa própria tecnologia, de acordo com a nossa realidade, aproveitando a experiência de outros povos, seja qual for a sua latitude no mundo. Temos que criar um centro de pesquisa minero-metalúrgica. Temos que criar um serviço nacional de geologia. Temos de aproveitar a capacidade dos técnicos e engenheiros que existem na Endesa, na CAP, na Enami e na Corfo, na universidade ou nas universidades, e fazer deles uma equipe superior para que possam entregar seu conhecimento ao que é essencial para nós.

Nós não conseguimos desenvolver a capacidade de nossa gente, limitada pela tutela estrangeira que nos foi imposta por planos de desenvolvimento e exploração vindos de fora. Devemos entender também que este é um desafio à nossa capacidade, não só na exploração, não só na produção do metal vermelho, mas na sua própria comercialização. Temos que romper a dependência nesse sentido e criar a nossa própria comercialização, mas pensem que as vendas de cobre significam um volume anual de mais de 1,1 bilhão de dólares. Isso será tratado pelos chile-

nos, por nossos compatriotas no mercado mundial e, felizmente, temos uma linguagem de entendimento com a Zâmbia, com o Congo, com o Peru, e formou-se a Cipec em escala internacional, que se destina a defender os interesses de pequenos países produtores como o nosso. Trata-se, portanto, de um desafio a toda a capacidade organizativa do Chile e dos chilenos. Fundamentalmente, dos trabalhadores do cobre, ou seja, os empregados e técnicos.

Temos que superar os grandes problemas que herdamos, as práticas irracionais de trabalho que são tão prejudiciais quanto as deficiências técnicas. Devem ser resolvidas com mudanças revolucionárias as relações de trabalho nos próprios locais de trabalho, que somente um governo dos trabalhadores pode colocar em prática. A divisão entre a administração da empresa e os trabalhadores deve ser rompida. A presença dos trabalhadores em sua direção demonstrará como confiamos em sua capacidade e como lhes entregamos esta responsabilidade. Queremos que os Comitês de Produção se multipliquem, para que se veja a vontade e o esforço dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, sua capacidade de tomar decisões. Companheiros, isto é caminhar na direção das empresas do Estado, fazendo do esforço comum o esforço indispensável que nos permite superar deficiências e dificuldades; isso é começar a administrar as grandes empresas que o Chile agora tem para colocá-las não a serviço do homem do cobre, mas a serviço do homem de todo o Chile. Já o dissemos, e sabemos que a nossa linguagem é compreendida, os trabalhadores do cobre não serão donos das minas em seu benefício exclusivo, são donos das minas na medida em que as minas pertencem ao povo, e os trabalhadores do cobre fazem parte do povo, e os trabalhadores do cobre têm que entender, o sabem e vão viver isso, que seu esforço será destinado a possibilitar que a vida da criança e da mulher chilena mude, que seu esforço e o seu cobre serão destinados ao progresso da pátria, e, ao suar trabalhando no fundo da mina, o estão fazendo por um Chile diferente, por uma sociedade nova, pelo caminho que abri-

mos rumo ao socialismo. Companheiros mineiros, trabalhadores esforçados do metal vermelho: mais uma vez devo recorda-lhes que o cobre é o salário do Chile, assim como a terra é seu pão. O pão do Chile será garantido pelos camponeses com sua consciência revolucionária. O futuro do país, o salário do Chile, está em suas mãos. Trabalhar mais, produzir mais, defender a revolução do ponto de vista político com a Unidade Popular e defender a revolução com a produção que fortalecerá o governo do povo.

Discurso na 27ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, 4 de dezembro de 1972¹

SALVADOR ALLENDE

Senhor presidente, senhoras e senhores delegados:

Agradeço a grande honra que me fazem convidando-me para ocupar esta tribuna, a mais representativa do mundo, e o fórum mais importante e de maior transcendência em tudo o que diz respeito à humanidade. Saúdo o senhor secretário-geral da Organização das Nações Unidas, a quem tivemos o prazer de receber em nossa pátria nas primeiras semanas de seu mandato, assim como os representantes de mais de 130 países que integram a Assembleia.

Ao senhor, presidente, proveniente de um país ao qual nos unem laços fraternos e a quem conhecemos pessoalmente quando encabeçou a delegação da República Popular da Polônia na terceira Unctad, ao mesmo tempo em que presto homenagem a seu alto cargo, desejo agradecer suas palavras, tão significativas e calorosas.

Venho do Chile, um país pequeno, mas onde hoje qualquer cidadão é livre para se expressar como melhor lhe pareça; um país

¹ Texto extraído de *Soberania e autodeterminação: discursos na ONU*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Tradução: Ana Corbisier.

de irrestrita tolerância cultural, religiosa e ideológica, onde a discriminação racial não encontra guarida. Um país com uma classe operária unida em uma única organização sindical, onde o sufrágio universal e secreto é o veículo por definição de um regime multipartidário, onde o Parlamento mantém ininterrupta atividade desde sua criação, há 160 anos, e onde os Tribunais de Justiça são independentes do Executivo. Onde, desde 1833, apenas uma vez foi mudada a Constituição, sem que praticamente jamais tenha deixado de ser aplicada. Um país onde a vida pública está organizada em instituições civis, que conta com Forças Armadas com comprovada formação profissional e profundo espírito democrático. Um país de cerca de 10 milhões de habitantes que, em uma geração, recebeu dois prêmios Nobel de Literatura, Gabriela Mistral e Pablo Neruda, ambos filhos de modestos trabalhadores. Em minha pátria, história, terra e homem fundem-se em um grande sentimento nacional.

Mas o Chile é também um país cuja economia atrasada esteve submetida e inclusive alienada a empresas capitalistas estrangeiras; que foi levado a um endividamento externo superior a 4 bilhões de dólares: cujo rendimento anual dessa dívida representa mais de 30% do valor de suas exportações; um país com uma economia extremamente sensível à conjuntura externa, cronicamente estancada e inflacionada, onde milhões de pessoas foram forçadas a viver em condições de exploração e de miséria, de desemprego aberto ou disfarçado.

OS PROBLEMAS DO CHILE SÃO OS DO TERCEIRO MUNDO

Hoje venho aqui porque meu país enfrenta problemas que em sua transcendência universal são objeto de permanente atenção por parte desta Assembleia das Nações Unidas: a luta pela libertação social, pelo bem-estar e o progresso intelectual, a defesa da personalidade e da dignidade nacionais.

A perspectiva que minha pátria tinha diante de si, como tantos outros países do Terceiro Mundo, era um modelo reflexo de moder-

nização, que os estudos técnicos e a realidade mais trágica coincidem em demonstrar que está condenado a excluir das possibilidades de progresso, bem-estar e libertação social cada vez mais milhões de pessoas, relegando-as a uma vida sub-humana. Modelo que irá provocar mais escassez de moradias, que condenará um número cada vez maior de cidadãos ao desemprego, ao analfabetismo, à ignorância e à miséria fisiológica.

A mesma perspectiva, em síntese, que nos manteve em uma relação de colonização ou dependência. Que nos explorou nos tempos da Guerra Fria, e também em tempos de conflagração bélica e em tempos de paz. A nós, os países subdesenvolvidos, querem condenar a ser realidades de segunda classe, sempre subordinadas.

Este é o modelo que a classe trabalhadora chilena, ao se impor como protagonista de seu próprio futuro, decidiu repudiar, buscando, ao contrário, um desenvolvimento acelerado, autônomo e próprio, transformando revolucionariamente as estruturas tradicionais.

ECONOMIA DO POVO PARA O POVO

O povo do Chile conquistou o governo depois de uma longa trajetória de generosos sacrifícios, e está plenamente entregue à tarefa de instaurar a democracia econômica, para que a atividade produtiva responda a necessidades e expectativas sociais, e não a interesses particulares de lucro. De modo programado e coerente, a velha estrutura apoiada na exploração dos trabalhadores e no domínio por uma minoria dos principais meios de produção, está sendo superada. Para substituí-la, surge uma nova estrutura, dirigida pelos trabalhadores que, posta a serviço dos interesses da maioria, está criando as bases de um crescimento que implica desenvolvimento autêntico, que envolve todos os habitantes, e não relega amplos setores de concidadãos à miséria e à marginalização social.

Os trabalhadores estão deslocando os setores privilegiados do poder político e econômico, tanto nos centros de trabalho, quanto nas comunas e no Estado. Esse é o conteúdo revolucionário do processo

que meu país está vivendo, de superação do sistema capitalista e de abertura para o socialismo.

ERA PRECISO NACIONALIZAR OS RECURSOS

A necessidade de pôr a serviço das enormes carências do povo a totalidade de nossos recursos econômicos correspondia à recuperação da dignidade do Chile. Devíamos acabar com uma situação em que nós, chilenos, debatendo-nos contra a pobreza e a estagnação, tínhamos que exportar enormes volumes de capital em benefício da mais poderosa economia de mercado do mundo. A nacionalização dos recursos básicos constituía uma reivindicação histórica. Nossa economia não podia tolerar por mais tempo a subordinação que implicava ter mais de 80% de suas exportações em mãos de um reduzido grupo de grandes companhias estrangeiras que sempre priorizaram seus interesses diante das necessidades dos países onde lucram. Tampouco podíamos aceitar a chaga do latifúndio, os monopólios industriais e comerciais, o crédito em benefício de uns poucos, as brutais desigualdades na distribuição da renda.

O caminho revolucionário que o Chile está trilhando, a mudança da estrutura de poder que estamos levando a cabo, o progressivo papel dirigente que nela assumem os trabalhadores, a recuperação nacional das riquezas básicas, a libertação de nossa pátria da subordinação às potências estrangeiras são o auge de um longo período de nossa história, do esforço por impor as liberdades políticas e sociais, da heroica luta de várias gerações de operários e camponeses para se organizarem como força social, para conquistar o poder político, deslocando os capitalistas do poder econômico.

HOJE O POVO É QUEM MANDA

Sua tradição, sua personalidade, sua consciência revolucionária permitem ao povo chileno implementar o processo para o socialismo fortalecendo as liberdades civis, coletivas e individuais, respeitando o

pluralismo cultural e ideológico. Trata-se de um combate permanente pela instauração das liberdades sociais e pela democracia econômica, com o pleno exercício das liberdades políticas.

A vontade democrática de nosso povo assumiu o desafio de implementar o processo revolucionário dentro dos marcos de um Estado de Direito altamente institucionalizado, que foi flexível às mudanças e que hoje se defronta com a necessidade de se adequar à nova realidade socioeconômica.

LUCROS EXORBITANTES E INACREDITÁVEIS

Nacionalizamos as riquezas básicas. Nacionalizamos o cobre. Fizemos isso por decisão unânime do Parlamento, onde os partidos de governo estão em minoria. Queremos que o mundo inteiro entenda claramente: não confiscamos as empresas estrangeiras de mineração do cobre. De acordo com disposições constitucionais, reparamos uma injustiça histórica, ao deduzir da indenização o lucro além de 12% anuais obtido por elas a partir de 1955.

O lucro que algumas das empresas nacionalizadas obtiveram no decorrer dos últimos 15 anos eram tão exorbitantes que, ao se aplicar como limite de lucro razoável os 12% anuais, essas empresas foram afetadas por deduções significativas.

Tal é o caso, por exemplo, de uma filial da Anaconda Company, que, entre 1955 e 1970, obteve no Chile um lucro médio de 21,5% anuais sobre seu valor declarado, enquanto o lucro da mesma empresa em outros países chegava a apenas 3,6% ao ano. Tal é a situação de uma filial da Kennecott Copper Corporation que, no mesmo período, obteve no Chile um lucro médio de 52,8% anuais, chegando em alguns anos a lucros tão inacreditáveis como 106% em 1967, 113% em 1968 e mais de 205% em 1969.

A média dos lucros da Kennecott em outros países chegava, na mesma época, a menos de 10% anuais. Ao mesmo tempo, a aplicação da norma constitucional determinou que outras empresas do cobre não

fossem objeto de descontos por conta de lucros excessivos, visto que seus lucros não excederam o limite razoável de 12% anuais.

COM UM INVESTIMENTO DE 30 MILHÕES, ARRECADARAM MAIS DE QUATRO BILHÕES DE DÓLARES

Cabe destacar que, nos anos imediatamente anteriores à nacionalização, as grandes empresas de cobre tinham iniciado planos de expansão, que em grande parte fracassaram e para os quais não trouxeram recursos próprios, apesar dos grandes lucros que obtinham e que financiaram com créditos externos. De acordo com as disposições legais, o Estado chileno foi obrigado a assumir essas dívidas, que chegam à enorme cifra de mais de 727 milhões de dólares. Começamos a pagar inclusive dívidas que uma destas empresas, a Kennecott, contraía com sua matriz nos Estados Unidos.

Estas mesmas empresas, que exploraram o cobre chileno durante muitos anos, apenas nos últimos 42 anos levaram mais de 4 bilhões de dólares de lucro, sendo que seu investimento inicial não chegou a 30 milhões. Um simples e doloroso exemplo, um agudo contraste: em meu país há 600 mil crianças que jamais poderão desfrutar a vida em termos meramente humanos, porque em seus primeiros 8 meses de vida não receberam a quantidade elementar de proteínas. Quatro bilhões de dólares transformariam totalmente o Chile. Apenas parte dessa soma asseguraria proteínas para sempre a todas as crianças de minha pátria.

O COBRE DO CHILE É DO CHILE

A nacionalização do cobre foi feita observando-se escrupulosamente o ordenamento jurídico interno, e respeitando-se as normas do Direito Internacional, o qual não tem porque ser identificado com os interesses das grandes empresas capitalistas.

Esse é, em síntese, o processo que vive minha pátria, e que considerarei conveniente apresentar a esta Assembleia, com a autoridade que

nos dá o fato de estarmos cumprindo com rigor as recomendações das Nações Unidas e nos apoiando no esforço interno como base do desenvolvimento econômico e social.

Aqui, neste fórum, aconselhou-se a mudança das instituições e estruturas atrasadas; a mobilização dos recursos nacionais, naturais e humanos; a redistribuição da renda; dar prioridade à educação e à saúde, assim como atenção aos setores mais pobres da população. Tudo isso é parte essencial de nossa política e está em pleno processo de execução.

Por isso é tão doloroso ter que vir a esta tribuna denunciar que meu país é vítima de uma grave agressão.

A VELHA AGRESSÃO DO IMPERIALISMO

Tínhamos previsto dificuldades e resistências externas para levar a cabo nosso processo de mudanças, sobretudo devido à nacionalização de nossos recursos naturais. O imperialismo e sua crueldade têm um longo e vexatório histórico na América Latina e está muito próxima à dramática e heroica experiência de Cuba. Assim também a do Peru, que sofreu as consequências de sua decisão de dispor soberanamente de seu petróleo.

Em plena década de 1970, depois de tantos acordos e resoluções da comunidade internacional, onde é reconhecido o direito soberano de cada país dispor de seus recursos naturais em benefício de seu povo; depois da adoção dos pactos internacionais sobre direitos econômicos, sociais e culturais, e da estratégia para a segunda década de desenvolvimento, celebrada por tais acordos, somos vítimas de uma nova manifestação do imperialismo. Mais sutil, mais astuta e terrivelmente eficaz, para impedir o exercício de nossos direitos de Estado soberano.

INTRIGA POLÍTICA E CERCO ECONÔMICO

A partir do momento em que triunfamos eleitoralmente em 4 de setembro de 1970, somos atingidos pelo desenvolvimento de pressões

externas de grande envergadura, que pretenderam impedir a instalação de um governo livremente eleito pelo povo, e derrubá-lo desde então. Que quiseram nos isolar do mundo, estrangular a economia e paralisar o comércio de nosso principal produto de exportação: o cobre. E privar-nos do acesso às fontes de financiamento internacional.

Estamos conscientes de que quando denunciemos o bloqueio econômico-financeiro que nos agride, tal situação parece difícil de ser compreendida com facilidade pela opinião pública internacional e mesmo por alguns de nossos compatriotas. Porque não se trata de uma agressão aberta que tenha sido declarada claramente ao mundo. Ao contrário, é um ataque sempre oblíquo, subterrâneo, mas nem por isso menos lesivo ao Chile.

Encontramo-nos diante de forças que agem na penumbra, sem bandeira, com armas poderosas, situadas nos mais variados locais de influência.

Sobre nós não pesa nenhuma proibição de comerciar. Ninguém declarou que se propôs um enfrentamento com nossa nação. É como se tivéssemos como inimigos apenas os próprios e naturais adversários políticos internos. Não é assim. Somos vítimas de ações quase imperceptíveis, disfarçadas geralmente com frases e declarações que enaltecem o respeito à soberania e à dignidade de nosso país. Mas conhecemos na própria pele a enorme distância que existe entre essas declarações e as ações específicas que devemos enfrentar.

Não estou aludindo a questões vagas. Refiro-me a problemas concretos que hoje angustiam meu povo e que terão repercussões econômicas ainda mais graves nos meses próximos.

O BANCO IMPERIALISTA

O Chile, como a maior parte dos países do Terceiro Mundo, é muito vulnerável à situação do setor externo de sua economia. No decorrer dos últimos 12 meses, a queda dos preços internacionais do cobre significou para o país, cujas exportações chegam a pouco mais de um bilhão de dólares, a perda de aproximadamente 200 milhões

de dólares, enquanto os produtos, tanto industriais quanto agropecuários que devemos importar, sofreram grandes aumentos, alguns deles de até 60%.

Como quase sempre, o Chile compra por preços altos e vende por preços baixos.

Foi justamente naquele momento, já por si difícil para nossa balança de pagamentos, que tivemos que fazer frente, entre outras, às seguintes ações simultâneas destinadas, ao que parece, a se vingar do povo chileno por sua decisão de nacionalizar o cobre.

Até o momento do início de meu governo, o Chile recebia a título de empréstimos outorgados por organismos financeiros internacionais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, um montante de recursos próximo de 80 milhões de dólares por ano.

Violentemente, esses financiamentos foram interrompidos.

Na década de 1960, o Chile recebia empréstimos da Agência para o Desenvolvimento Internacional do governo dos Estados Unidos (AID), no valor de 50 milhões de dólares.

Não pretendemos que esses empréstimos sejam restabelecidos. Os Estados Unidos são soberanos para outorgar cooperação, ou não, a qualquer país. Apenas queremos dizer que a drástica suspensão desses créditos significou restrições importantes para nossa balança de pagamentos.

CHANTAGEM MADE IN USA

Quando assumi a presidência, meu país contava com linhas de crédito de curto prazo dos bancos privados norte-americanos, destinadas ao financiamento de nosso comércio exterior, de cerca de 220 milhões de dólares. Em pouco tempo, retiraram desses créditos um montante de cerca de 190 milhões de dólares, soma que tivemos que pagar, pois não foram renovadas as respectivas operações.

Como a maior parte dos países da América Latina, o Chile, por razões tecnológicas e de outra ordem, deve efetuar importantes aquisições de bens de capital nos Estados Unidos. Atualmente, tanto os financiamentos de fornecedores quanto os que habitualmente fornecem o Eximbank para esse tipo de operações, também foram suspensos, encontrando-nos na esdrúxula situação de ter que adquirir esse tipo de bens com pagamento antecipado, o que pressiona extraordinariamente nossa balança de pagamentos.

OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO INTERROMPIDOS

Os desembolsos de empréstimos contratados pelo Chile antes do início de meu governo junto a agências do setor público dos Estados Unidos, e que se encontravam em execução, também foram suspensos. Em consequência, temos que continuar realizando os projetos correspondentes, efetuando compras à vista no mercado norte-americano, já que, com as obras em plena marcha, é impossível substituir a fonte das respectivas importações. Mas, para isso, fora previsto que o financiamento viesse de organismos do governo dos EUA.

Como resultado de ações dirigidas contra o comércio do cobre nos países da Europa Ocidental, nossas operações de curto prazo com bancos privados desse continente, baseadas fundamentalmente em cobranças de vendas desse metal, entorpeceram-se enormemente. Isso significou a não renovação de linhas de crédito de mais de 200 milhões de dólares, e a criação de um clima que impede o manejo normal de nossas compras nesses países, assim como distorce muito todas as nossas atividades no campo das finanças externas.

WALL STREET CASTIGA O CHILE

Essa asfixia financeira de repercussões brutais, dadas as características da economia chilena, traduziu-se em uma severa limitação de nossas possibilidades de abastecimento de equipamentos, de peças de reposição, de insumos, de produtos alimentícios, de medicamentos.

Todos os chilenos estão sofrendo as consequências dessas medidas, que se projetam na vida diária de cada cidadão e, naturalmente, também na política interna.

O que descrevi significa que a natureza dos organismos internacionais foi desvirtuada; sua utilização como instrumentos da política bilateral de qualquer de seus países membros, por poderosos que sejam, é jurídica e moralmente inaceitável. Significa pressionar um país economicamente frágil. Significa castigar um povo por sua decisão de recuperar seus recursos básicos. Significa uma forma de intervenção nos assuntos internos de um país. Isso é o que denominamos imperialismo.

Senhores delegados, vocês sabem e não podem deixar de se lembrar: tudo isso foi repetidamente condenado por resoluções das Nações Unidas.

CHILE AGREDIDO POR COMPANHIAS MULTINACIONAIS

Não apenas sofremos bloqueio financeiro; também somos vítimas de uma clara agressão. Duas empresas que integram o núcleo central das grandes companhias transnacionais, que cravaram suas garras em meu país, a International Telegraph and Telephone Company e a Kennecott Copper Corporation, dispuseram-se a manipular nossa vida política.

A ITT, gigantesca corporação cujo capital é superior ao orçamento nacional de vários países latino-americanos juntos, superior inclusive ao de alguns países industrializados, iniciou, a partir do momento em que foi conhecida a vitória popular nas eleições de setembro de 1970, uma ação sinistra para impedir que eu ocupasse a primeira magistratura.

Entre setembro e novembro daquele ano, tiveram lugar no Chile ações terroristas planejadas fora de nossas fronteiras, em articulação com grupos fascistas internos, que culminaram com o assassinato do comandante-em-chefe do Exército, general René Schneider, homem

justo, grande soldado, símbolo do constitucionalismo das Forças Armadas do Chile.

Em março deste ano, revelaram-se os documentos que denunciavam a relação entre esses tenebrosos propósitos e a ITT. Esta última reconheceu que em 1970 chegou a sugerir ao governo dos Estados Unidos que intervisse nos acontecimentos políticos do Chile. Os documentos são autênticos.

A ITT: EMPRESA DE DELINQUENTES

Em julho último o mundo ficou sabendo, com estupor, dos vários aspectos de um novo plano de ação que a mesma ITT apresentara ao governo dos EUA, com o propósito de derrubar meu governo no prazo de 6 meses. Tenho aqui o documento, datado de outubro de 1971, que contém os 18 pontos que constituíam esse plano. Propunha o estrangulamento econômico, a sabotagem diplomática, criar o pânico na população, a desordem social, para que, à medida que o governo fosse ultrapassado, as Forças Armadas se vissem estimuladas a romper o regime democrático, impondo uma ditadura.

No mesmo momento em que a ITT propunha esse plano, seus representantes simulavam negociar com meu governo uma fórmula para a aquisição, pelo Estado chileno, da participação da ITT na Companhia de Telefones do Chile. Desde os primeiros dias de minha administração iniciamos conversas para adquirir a empresa telefônica controlada pela ITT, por razões de segurança nacional.

Pessoalmente, recebi em duas oportunidades altos executivos dessa empresa. Naquelas discussões, meu governo agia de boa fé; em troca, a ITT negava-se a aceitar o pagamento de um preço estabelecido por perícia de especialistas internacionais. Criava dificuldades para uma solução rápida e equitativa, enquanto subterraneamente tentava desencadear uma situação caótica no país.

A negativa da ITT de aceitar um acordo direto e o conhecimento de suas ardilosas manobras obrigaram-nos a enviar ao Congresso um projeto de lei de nacionalização.

FRACASSA O COMPLÔ IMPERIALISTA

A decisão do povo chileno de defender o regime democrático e o avanço da revolução, a lealdade das Forças Armadas para com sua pátria e suas leis fizeram fracassar essas sinistras tentativas.

Senhores delegados, acuso, diante da consciência do mundo, a ITT de pretender provocar em minha pátria uma guerra civil. Isso é o que chamamos de ação imperialista.

O Chile enfrenta agora um perigo cuja solução não depende apenas da vontade nacional, mas de uma vasta gama de elementos externos. Estou me referindo à ação empreendida pela Kennecott Copper. Ação esta que, como disse na semana passada o ministro de Minas e Hidrocarbonetos do Peru, na reunião ministerial do Conselho Internacional de Países Exportadores de Cobre (Cippec), traz à memória do povo revolucionário do Peru um passado de opróbrio de que foi protagonista a International Petroleum Co., expulsa definitivamente do país pela revolução. Nossa Constituição estabelece que as disputas originadas pelas nacionalizações devem ser resolvidas por um tribunal que, como todos os de meu país, é independente e soberano em suas decisões. A Kennecott Copper aceitou essa jurisdição e, durante um ano, manteve litígio nesse tribunal. Sua apelação foi negada e, então, decidiu utilizar seu grande poder para nos despojar dos benefícios de nossas exportações de cobre e pressionar o governo do Chile.

Em sua ousadia, chegou a solicitar, em setembro último, o embargo do valor dessas exportações aos tribunais da França, da Holanda e da Suécia. Seguramente, tentará fazê-lo também em outros países. O fundamento dessas ações não pode ser mais aceitável, de qualquer ponto de vista jurídico e moral.

CÚMPLICES LEGALISTAS DOS MONOPÓLIOS

A Kennecott pretende que tribunais de outras nações, que nada têm a ver com os problemas ou negócios entre o Estado chileno e a companhia Kennecott Copper, decidam que é nulo um ato sobe-

rano deste Estado, realizado em virtude de um mandato da mais alta hierarquia, como é o caso da Constituição Política, referendado unanimemente pelo povo chileno.

Essa pretensão choca-se contra princípios essenciais do Direito Internacional, em virtude dos quais os recursos naturais de um país, sobretudo quando se trata daqueles que constituem sua vida, pertencem-lhe e, portanto, pode dispor livremente deles. Não existe uma lei internacional aceita por todos, ou, neste caso, um tratado específico que assim o determine. A comunidade mundial, organizada segundo os princípios das Nações Unidas, não aceita uma interpretação do Direito Internacional subordinada aos interesses do capitalismo e que este leve os tribunais de qualquer país estrangeiro a amparar uma estrutura de relações econômicas a seu serviço.

Se assim fosse, estaria sendo fragilizado um princípio fundamental da vida internacional: o da não intervenção nos assuntos internos de um Estado, como foi expressamente reconhecido pela terceira Unctad.

Somos regidos pelo Direito Internacional, aceito reiteradamente nas Nações Unidas, em particular na Resolução n. 1.803 da Assembleia Geral: normas que acabam de ser reforçadas pela Junta de Comércio e Desenvolvimento, precisamente tendo como antecedente a denúncia feita por meu país contra a Kennecott. A respectiva resolução, além de reafirmar o direito soberano de todos os países a dispor, livremente, de seus recursos naturais, declara que: Em aplicação deste princípio, as nacionalizações que os Estados realizam para resgatar estes recursos são expressão de uma faculdade soberana, razão pela qual cabe a cada Estado fixar as modalidades de tais medidas, sendo as disputas que possam suscitar de recurso exclusivo de seus tribunais, sem prejuízo do disposto na Resolução n. 1.803 da Assembleia Geral.

Esta, excepcionalmente, permite a intervenção de jurisdições extranacionais sempre que exista acordo entre Estados soberanos e outras partes interessadas.

PROTEÇÃO AOS FRÁGEIS DO ABUSO DOS FORTES

É a única tese aceitável nas Nações Unidas. É a única que está de acordo com sua filosofia e seus princípios. É a única que pode proteger o direito dos fracos contra o abuso dos fortes.

Como não podia deixar de ser, obtivemos nos tribunais de Paris o levantamento do embargo que pesava sobre o valor de uma exportação de nosso cobre.

Continuaremos defendendo sem desanimar a exclusiva competência dos tribunais chilenos para tratar de qualquer desavença relativa à nacionalização de nosso recurso básico. Para o Chile, não se trata apenas de importante matéria de interpretação jurídica; é um problema de soberania. Senhores delegados, é muito mais, é um problema de sobrevivência.

A KENNECOTT NÃO INTIMIDARÁ O CHILE

A agressão da Kennecott causa graves prejuízos à nossa economia. Só as dificuldades diretas impostas à comercialização do cobre significaram para o Chile, em 2 meses, perdas de muitos milhões de dólares. Mas isso não é tudo. Já me referi aos efeitos vinculados ao entorpecimento das operações financeiras de meu país com os bancos da Europa Ocidental. Também é evidente o propósito de criar um clima de insegurança ante os compradores de nosso principal produto de exportação, o que aquela empresa não vai conseguir.

Nesse sentido se orientam, neste momento, os desígnios dessa empresa imperialista, porque não pode esperar que, afinal, algum poder político ou judiciário prive o Chile do que legitimamente lhe pertence.

Procuram nos subjugar. Não conseguirão nunca!

A agressão das grandes empresas capitalistas pretende impedir a emancipação das classes populares. Representa um ataque direto contra os interesses econômicos dos trabalhadores.

SOMOS DONOS DE NOSSO DESTINO

Senhores delegados, o povo chileno alcançou a maturidade política para decidir, majoritariamente, a substituição do sistema econômico capitalista pelo socialista.

Nosso regime político contou com instituições suficientemente abertas para canalizar essa vontade revolucionária sem rupturas violentas. Considero um dever advertir a esta Assembleia que as represálias e o bloqueio, destinados a provocar contradições e deformações econômicas em cadeia, ameaçam repercutir sobre a paz e a convivência internas. Não conseguirão seu intento. A imensa maioria dos chilenos saberá resistir em uma atitude patriótica e digna.

Eu o disse no começo: a história, a terra e o nosso homem fundem-se em um grande sentido nacional.

O FENÔMENO DAS CORPORações MULTINACIONAIS

Diante da terceira Unctad, tive a oportunidade de referir-me ao fenômeno das corporações transnacionais, destacando o vertiginoso crescimento de seu poder econômico, influência política e ação corruptora. Daí vem o alarme com que a opinião mundial deve reagir diante de semelhante realidade. O poderio dessas corporações é tão grande que ultrapassa todas as fronteiras.

Só os investimentos das companhias estadunidenses no exterior, que chegam hoje a 32 bilhões de dólares, cresceram entre 1950 e 1970 a um ritmo de 10% ao ano, enquanto as exportações desse país aumentaram apenas 5%. Seus lucros são fabulosos e representam para os países em desenvolvimento uma enorme drenagem de recursos.

Em apenas um ano, essas empresas retiraram lucros do Terceiro Mundo que significaram transferências líquidas a seu favor de 1,723 bilhão de dólares, dos quais 1,013 bilhão da América Latina, 280 milhões da África, 366 do Extremo Oriente e 64 do Oriente Médio. Sua influência e o âmbito de sua ação estão alterando as práticas do comér-

cio entre os Estados, da transferência tecnológica, da transmissão de recursos entre as nações, assim como as relações trabalhistas.

SÃO ESTADOS DENTRO DOS ESTADOS

Estamos diante de um conflito frontal entre as grandes corporações e os Estados.

Estes sofrem interferências em suas decisões fundamentais – políticas, econômicas e militares – de organizações globais que não dependem de nenhum Estado e que, no conjunto de suas atividades, não respondem nem são fiscalizadas por nenhum Parlamento, por nenhuma instituição representativa do interesse coletivo. Em uma palavra, é toda a estrutura política do mundo que está sendo abalada.

Mas as grandes empresas transnacionais não apenas atentam contra os interesses genuínos dos países em desenvolvimento; sua ação avassaladora e sem controle ocorre também nos países industrializados onde se instalam. Isso foi denunciado nos últimos tempos na Europa e nos Estados Unidos, o que provocou uma investigação no próprio Senado norte-americano. Diante desse perigo, os povos desenvolvidos não estão mais seguros do que os subdesenvolvidos. É um fenômeno que já provocou a crescente mobilização dos trabalhadores organizados, incluindo as grandes entidades sindicais existentes no mundo. Mais uma vez, a ação solidária internacional dos trabalhadores deverá enfrentar um adversário comum: o imperialismo.

O PROBLEMA NÃO É SÓ DO CHILE

Foram principalmente esses atos que levaram o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em função da denúncia apresentada pelo Chile, a aprovar em julho passado, por unanimidade, uma resolução dispondo sobre a convocação de um grupo de personalidades mundiais para estudar a função e os efeitos das corporações trans-

nacionais no processo de desenvolvimento, especialmente dos países em desenvolvimento e suas repercussões nas relações internacionais, e apresentar recomendações para uma ação internacional apropriada.

Nosso problema não é isolado nem único. É a manifestação local de uma realidade que nos transcende, que envolve o continente latino-americano e o Terceiro Mundo. Com intensidade variável, com peculiaridades singulares, todos os países periféricos estão expostos a algo semelhante.

O sentido de solidariedade humana que impera nos países desenvolvidos deve sentir repugnância porque um grupo de empresas chega a poder interferir impunemente na engrenagem mais vital da vida de uma nação, até perturbá-la totalmente.

O porta-voz do grupo africano, ao anunciar na Junta de Comércio e Desenvolvimento, há algumas semanas, a posição desses países diante da denúncia do Chile sobre a agressão da Kennecott Copper, declarou que seu grupo se solidarizava plenamente com o Chile, porque não se tratava de uma questão que afeta apenas uma nação, mas potencialmente todo o mundo em desenvolvimento. Essas palavras têm um grande valor, porque significam o reconhecimento de um continente inteiro de que, por meio do caso chileno, está aberta uma nova etapa na batalha entre o imperialismo e os países frágeis do Terceiro Mundo.

PROPÓSITOS DA ONU QUE NÃO SÃO CUMPRIDOS

A batalha pela defesa dos recursos naturais é parte da batalha que travam os países do Terceiro Mundo para vencer o subdesenvolvimento. A agressão que sofremos faz parecer ilusório o cumprimento das promessas feitas nos últimos anos quanto a uma ação de envergadura para superar o estado de atraso e de necessidade das nações da África, Ásia e América Latina. Há 2 anos, esta Assembleia Geral, por ocasião do 25º aniversário da criação das Nações Unidas, proclamou solenemente uma estratégia para a segunda década do desenvolvimento.

De acordo com essa estratégia, todos os Estados membros da organização comprometeram-se a não medir esforços para transformar, por meio de medidas concretas, a atual injusta divisão internacional do trabalho, para preencher a enorme brecha econômica e tecnológica que separa os países opulentos dos países em vias de desenvolvimento.

Estamos comprovando que nenhum desses propósitos se transforma em realidade. Ao contrário, houve retrocesso.

Assim, os mercados dos países industrializados continuaram tão fechados como antes aos produtos básicos dos países em desenvolvimento, especialmente os agrícolas; ao contrário, aumentam os índices de protecionismo; os termos do intercâmbio continuam se deteriorando. O sistema de preferências generalizadas para as exportações de nossas manufaturas e semimanufaturas não foi posto em prática pela nação cujo mercado oferecia melhores perspectivas, dado seu volume, e não há indícios de que isso ocorra em um futuro imediato.

A transferência de recursos financeiros públicos, longe de chegar a 0,7% do produto nacional bruto das nações desenvolvidas, baixou de 0,34 para 0,24%. O endividamento dos países em desenvolvimento, que já era enorme no início deste ano, subiu em poucos meses de 70 para 75 bilhões de dólares.

Os volumosos pagamentos pelo serviço das dívidas, que representam uma drenagem intolerável para esses países, foram provocados em grande parte pelas condições e modalidades dos empréstimos. Esse serviço aumentou de 18% em 1970 para 20% em 1971, o que é mais que o dobro da taxa média da década de 1960.

Esse é o drama do subdesenvolvimento e dos países que ainda não souberam fazer valer seus direitos e defender, mediante uma vigorosa ação coletiva, o preço das matérias-primas e produtos básicos, assim como fazer frente às ameaças e agressões do imperialismo.

Senhores delegados, peço-lhes que meditem sobre a nossa realidade.

Somos países potencialmente ricos, mas vivemos na pobreza. Deambulamos de um lugar a outro solicitando créditos, ajuda e, no

entanto, somos – paradoxo próprio do sistema econômico capitalista – grandes exportadores de capitais.

AMÉRICA LATINA E O SUBDESENVOLVIMENTO

A América Latina, como componente do mundo em desenvolvimento, faz parte do quadro que acabo de expor. Ao lado da Ásia, África e os países socialistas, travou nos últimos anos muitas batalhas para mudar a estrutura das relações econômicas e comerciais com o mundo capitalista, para substituir a injusta e discriminatória ordem econômica e monetária criada em Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial.

É certo que, entre muitos países de nossa região e dos outros continentes em desenvolvimento, se verificam diferenças na renda nacional e ainda existem aqueles onde vários países poderiam ser considerados como de menos desenvolvimento relativo entre os subdesenvolvidos.

Mas tais diferenças – que em muito são reduzidas quando comparadas ao produto nacional do mundo industrializado – não excluem a América Latina do vasto setor postergado e explorado da humanidade.

Já o consenso de Viña del Mar, em 1969, afirmou essas coincidências; tipificou, precisou e quantificou o atraso econômico e social da região e os fatores externos que os determinam, destacando as enormes injustiças cometidas contra ela, sob o disfarce de cooperação e ajuda. Porque na América Latina, grandes cidades, que muitos admiram, ocultam o drama de centenas, de milhares de seres que vivem em bairros periféricos, resultado de um pavoroso desemprego e subemprego; escondem as profundas desigualdades entre pequenos grupos privilegiados e as grandes massas cujos índices de nutrição e de saúde não superam os da Ásia e da África, que quase não têm acesso à cultura.

UM MUNDO CONDENADO À MISÉRIA

É fácil compreender porque nosso continente latino-americano registra uma alta mortalidade infantil e uma baixa expectativa de vida, quando se considera que nele faltam 28 milhões de moradias, 56% de sua população está subalimentada, há mais de 100 milhões de analfabetos e semianalfabetos, 13 milhões de desempregados e mais de 50 milhões com trabalhos ocasionais. Mais de 20 milhões de latino-americanos não conhecem a moeda, nem sequer como meio de troca.

Nenhum regime, nenhum governo foi capaz de resolver os grandes *déficits* de moradia, trabalho, alimentação e saúde. Ao contrário, estes aumentam ano a ano com o aumento vegetativo da população. Caso essa situação continue, o que acontecerá quando formos mais de 600 milhões de habitantes, no final do século XX?

Tal realidade é ainda mais crua na Ásia e na África, cuja renda *per capita* é mais baixa e cujo processo de desenvolvimento mostra maior debilidade.

AMÉRICA LATINA, VÍTIMA DO IMPERIALISMO

Nem sempre se percebe que o subcontinente latino-americano, cujas riquezas potenciais são enormes, chegou a ser o principal campo de ação do imperialismo econômico nos últimos 30 anos. Dados recentes do Fundo Monetário Internacional informam que a conta de investimentos privados dos países desenvolvidos na América Latina mostra um *déficit* contra o continente de 10 milhões [*sic*] de dólares entre 1960 e 1970. Em uma palavra, essa soma constitui uma contribuição líquida de capitais desta região ao mundo opulento, em 10 anos.

O Chile sente-se profundamente solidário com a América Latina, sem exceção alguma. Por tal razão, propicia e respeita estritamente a política de não intervenção e de autodeterminação que aplicamos no plano mundial. Estimulamos fervorosamente o incremento de nossas relações econômicas e culturais. Somos partidários da complementa-

ção e da integração de nossas economias. Por isso trabalhamos com entusiasmo no quadro da Alalc e, como primeiro passo, pela formação do Mercado Comum dos Países Andinos, que nos une à Bolívia, Colômbia, Peru e Equador.

A América Latina deixa para trás a época dos protestos. Necessidades e estatísticas contribuíram para fortalecer sua tomada de consciência. As fronteiras ideológicas foram destruídas pela realidade. Foram quebrados os propósitos divisionistas e isolacionistas, e surge o anseio de coordenar a ofensiva e a defesa dos interesses dos povos no continente e com os demais países em desenvolvimento.

O CHILE NÃO ESTÁ SOZINHO, NÃO PODE SER ISOLADO

O Chile não está sozinho. Não foi isolado, nem da América Latina nem do resto do mundo. Ao contrário, recebeu infinitas demonstrações de solidariedade e de apoio. Para derrotar as tentativas de criar à nossa volta um cerco hostil, uniram-se o crescente repúdio ao imperialismo, o respeito que merecem os esforços do povo chileno e a resposta a nossa política de amizade com todas as nações do mundo.

Na América Latina, todos os esquemas de cooperação ou de integração econômica e cultural de que fazemos parte, no plano regional e sub-regional, continuaram se fortalecendo em ritmo acelerado, e neles nosso comércio cresceu consideravelmente, em particular com a Argentina, o México e os países do Pacto Andino.

Não sofreu nenhum revés o acordo dos países latino-americanos, em fóruns mundiais e regionais, para manter os princípios de livre determinação sobre os recursos naturais. E frente aos recentes atentados contra nossa soberania, recebemos fraternais demonstrações de total solidariedade. A todos, nosso reconhecimento.

Cuba socialista, que sofre os rigores do bloqueio, entregou-nos sem reservas, permanentemente, sua adesão revolucionária.

No plano mundial, devo destacar muito especialmente que desde o primeiro momento tivemos a nosso lado, em atitude amplamente solidária, os países socialistas da Europa e da Ásia. A grande maioria

da comunidade internacional honrou-nos com a escolha de Santiago como sede da terceira Unctad e recebeu com interesse nosso convite para sediar a próxima conferência mundial sobre o Direito do Mar, que reitero nesta oportunidade.

A reunião de âmbito ministerial dos países não-alinhados, realizada em Georgetown, na Guiana, em setembro último, expressou-nos publicamente seu decidido apoio frente à agressão de que somos objeto por parte da Kennecott Cooper.

O CHILE É NAÇÃO SOBERANA

O Cipec, organismo de coordenação estabelecido pelos principais países exportadores de cobre: Peru, Zaire, Zâmbia e Chile, reunido recentemente em Santiago a pedido de meu governo, em âmbito ministerial, para analisar a situação de agressão contra minha pátria criada pela Kennecott, acaba de adotar várias resoluções e recomendações transcendentais para os Estados. Elas constituem um apoio sem reservas à nossa posição e um importante passo dado por países do Terceiro Mundo para defender o comércio de seus produtos básicos.

Essas resoluções serão seguramente alvo de importante debate na Segunda Comissão.

Só quero mencionar aqui a categórica declaração de que todo ato que impeça ou entrave o exercício do direito soberano dos países a dispor livremente de seus recursos naturais constitui agressão econômica e que obviamente os atos da companhia Kennecott contra o Chile são agressão econômica e, portanto, concordam em suspender com ela toda relação econômica e comercial, sendo as disputas sobre indenizações em caso de nacionalização de exclusiva competência dos Estados que as decretam.

Mas o mais significativo é que houve acordo para criar um instrumento permanente de proteção e solidariedade no que se refere ao cobre. Esses mecanismos, aliados à Opep, que opera no campo do petróleo, são o embrião do que deverá ser uma organização de todos os países do Terceiro Mundo para proteger e defender seus produtos

básicos, tanto os minérios e hidrocarbonetos quanto os produtos agrícolas.

A grande maioria dos países da Europa ocidental, desde o extremo norte, com os países escandinavos, até o extremo sul, com a Espanha, incrementou sua cooperação com o Chile manifestando sua compreensão, o que ficou evidente no processo de renegociação de nossa dívida.

Por último, vimos com emoção a solidariedade da classe trabalhadora mundial, expressada por suas grandes centrais sindicais e manifestada em atos de profundo significado, como foi a recusa dos operários portuários do Havre e de Rotterdam de descarregar o cobre do Chile, cujo pagamento fora arbitrária e injustamente embargado.

O NOVO PANORAMA DA POLÍTICA

Senhor presidente, senhores delegados, foquei minha exposição na agressão ao Chile e nos problemas latino-americanos e mundiais que com ela se relacionam, seja em sua origem, seja em seus efeitos. Quero agora referir-me brevemente a outras questões que interessam a comunidade internacional.

Não vou mencionar todos os problemas mundiais que estão na pauta desta Assembleia.

Não tenho a pretensão de propor soluções para eles. Esta Assembleia está trabalhando com afinco há mais de dois meses para definir e acordar medidas adequadas.

Confiamos que o resultado deste trabalho será frutífero. Minhas observações são de caráter geral e refletem preocupações do povo chileno.

Em ritmo acelerado transforma-se o quadro da política internacional que vivemos desde o pós-guerra, o que produziu uma nova correlação de forças. Aumentaram e se fortaleceram centros de poder político e econômico. No caso do mundo socialista, cuja influência cresceu significativamente, sua participação nas mais importantes decisões políticas no campo internacional é cada vez maior. Tenho a

convicção de que não poderão se transformar as relações comerciais e o sistema monetário internacionais – aspiração compartilhada pelos povos – se não participarem plenamente desse processo todos os países do mundo e, entre eles, os da área socialista. A República Popular da China, que abriga em suas fronteiras quase 1/3 da humanidade, recuperou, depois de um longo e injusto ostracismo, o lugar que é seu no fórum das negociações multilaterais e estabeleceu vínculos diplomáticos e de intercâmbio com a maioria dos países do mundo.

Ampliou-se a Comunidade Econômica Europeia com o ingresso do Reino Unido da Grã-Bretanha e de outros países, o que dá um peso maior a suas decisões, sobretudo no campo econômico.

O crescimento econômico do Japão alcançou uma velocidade portentosa.

O mundo em desenvolvimento econômico está adquirindo cada dia mais consciência de suas realidades e de seus direitos. Exige justiça e equidade no trato e que se reconheça o lugar que lhe corresponde no cenário mundial. Motores dessa transformação foram, como sempre, os povos, em sua progressiva libertação para se converterem em sujeitos da história. A inteligência do homem deu impulso a vertiginosos progressos da ciência e da técnica. A persistência e o vigor da política de coexistência pacífica, de independência econômica e de progresso social promovida pelas nações socialistas contribuiu decisivamente para o alívio das tensões que dividiram o mundo durante mais de 20 anos, determinando a aceitação de novos valores na sociedade e nas relações internacionais.

A REBELIÃO DOS POBRES

Saudamos as mudanças que trazem promessas de paz e de prosperidade para muitos povos, mas exigimos que participe delas toda a humanidade. Desgraçadamente, essas mudanças beneficiaram apenas em grau diminuto o mundo em desenvolvimento, que continua tão explorado como antes, distante cada vez mais da civilização do

mundo industrializado. Dentro dele fervem nobres aspirações e justas rebeldias, que continuarão explodindo com força crescente.

Manifestamos regozijo com a superação da Guerra Fria e com o desenvolvimento de acontecimentos alentadores: as negociações entre a União Soviética e os Estados Unidos, tanto com relação ao comércio quanto ao desarmamento; a assinatura de tratados entre a República Federal Alemã, a União Soviética e a Polônia; a iminência da Conferência de Segurança Europeia; as negociações entre os dois Estados alemães e seu ingresso praticamente garantido nas Nações Unidas; as negociações entre os governos da República Popular Democrática da Coreia e da República Coreana, para mencionar os mais promissores. É inegável que na área internacional há tréguas, acordos, atenuação da situação explosiva.

Mas há demasiados conflitos não resolvidos, que exigem a vontade de concórdia das partes, ou a colaboração da comunidade internacional e das grandes potências. Continuam ativas as agressões e disputas em diversas partes do mundo; o conflito no Oriente Médio, o mais explosivo de todos, onde ainda não foi possível obter a paz, como recomendaram resoluções dos principais órgãos das Nações Unidas, entre elas a resolução 242 do Conselho de Segurança; o assédio e a perseguição contra Cuba; a exploração colonial; a ignomínia do racismo e do *apartheid*; o aumento da brecha econômica e tecnológica entre países ricos e pobres.

HAVERÁ PAZ NO VIETNÃ PORQUE NINGUÉM DUVIDA DA INUTILIDADE DESSA GUERRA

Não há paz para a Indochina, mas terá que haver. Chegará a paz para o Vietnã. Tem que chegar porque já ninguém duvida da inutilidade dessa guerra monstruosamente injusta, que persegue um objetivo tão irrealizável nestes dias: impor, a povos com consciência revolucionária, políticas que não podem partilhar, porque contrariam seu interesse nacional, seu temperamento e sua personalidade.

Haverá paz. Mas o que deixa essa guerra tão cruel, tão prolongada e tão desigual? O saldo, depois de tantos anos de luta cruenta, é a tortura de um povo admirável em sua dignidade, milhões de mortos e órfãos, cidades inteiras desaparecidas, centenas de milhares de hectares de terras esterilizadas, sem vida vegetal possível; destruição ecológica; a sociedade norte-americana traumatizada; milhares de lares mergulhados na dor pela ausência dos seus.

A rota de Lincoln não foi seguida.

A MORAL DA GUERRA

Essa guerra deixa também muitas lições: o abuso da força desmoraliza aquele que a emprega, provocando profundas dúvidas em sua própria consciência social; a convicção de um povo que defende sua independência leva-o ao heroísmo, capaz de resistir à violência material do mais gigantesco aparato militar e econômico.

RUMO A UMA NOVA ETAPA NA ORDEM INTERNACIONAL

O novo quadro político cria condições favoráveis para que a comunidade das nações faça, nos anos vindouros, um grande esforço para dar nova vida e dimensão à ordem internacional.

Esse esforço deverá se inspirar nos princípios da Carta e em outros que a comunidade internacional foi agregando, por exemplo, os da Unctad. Como dissemos, três conceitos fundamentais que presidem as responsabilidades atribuídas às Nações Unidas deveriam lhe servir de guia: o da segurança econômico-social coletiva e o do respeito universal aos direitos fundamentais do homem, incluindo os de ordem econômica, social e cultural, sem discriminação alguma.

Damos particular importância à tarefa de afirmar a segurança econômica coletiva, em que tanto insistiram recentemente o Brasil e o secretário-geral das Nações Unidas.

APOIO À TESE MEXICANA

Como passo importante nessa direção, a organização mundial deveria, o quanto antes, tornar realidade a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, ideia fecunda que o presidente do México, Luis Echeverría, levou à terceira Unctad. Como o ilustre mandatário do país irmão, acreditamos que não é possível uma ordem justa e um mundo estável enquanto não forem criadas obrigações e direitos que protejam os Estados frágeis.

A ação futura da coletividade de nações deve enfatizar uma política que tenha como protagonista todos os povos. A Carta das Nações Unidas foi concebida e apresentada em nosso nome, os povos das Nações Unidas.

A ação internacional tem que estar orientada no sentido de servir ao homem que não goza de privilégios, mas que sofre e trabalha: ao mineiro de Cardiff, assim como ao *fellah* do Egito, ao trabalhador que cultiva cacau em Gana ou na Costa do Marfim; ao camponês do altiplano na América do Sul; ao pescador em Java, ao cafeicultor do Quênia ou da Colômbia. Deveria alcançar os bilhões de seres marginalizados que a coletividade tem a obrigação de incorporar ao atual nível da evolução histórica, reconhecendo “seu valor e dignidade de pessoa humana”, como diz o preâmbulo da Carta.

É tarefa impostergável para a comunidade internacional assegurar o cumprimento da estratégia para a segunda década do desenvolvimento e adequar esse instrumento às novas realidades do Terceiro Mundo e à renovada consciência dos povos.

A redução da cooperação e do entendimento exigem e permitem simultaneamente reverter as gigantescas atividades destinadas à guerra em outras que se proponham, como nova fronteira, atender às incomensuráveis carências de toda ordem de mais de 2/3 da humanidade. De modo tal que os países mais desenvolvidos aumentem sua produção e emprego em associação com os reais interesses de uma autêntica comunidade internacional.

O DIREITO DO MAR TERRITORIAL

Esta Assembleia deverá concretizar a realização da Conferência Mundial para estabelecer o chamado Direito do Mar, isto é, um conjunto de normas que regulamentem de modo global tudo o que diz respeito ao uso do vasto espaço marinho, inclusive seu subsolo. Trata-se de uma tarefa grandiosa e promissora para as Nações Unidas, porque estamos diante de um problema do qual a humanidade, como um todo, apenas recentemente tomou consciência, sendo ainda possível conciliar muitas situações estabelecidas com o interesse geral. Quero lembrar que coube aos países do extremo Sul da América Latina – Equador, Peru e Chile – iniciar há exatamente 20 anos esta tomada de consciência, que culminará com a adoção de um tratado sobre o direito ao mar. Torna-se imperativo que esse tratado inclua o princípio aprovado pela terceira Unctad sobre os direitos dos Estados ribeirinhos aos recursos de seu mar jurisdicional e, ao mesmo tempo, crie os instrumentos e os mecanismos para que o espaço marinho extrajurisdicional seja patrimônio comum da humanidade, sendo explorado em benefício de todos por uma autoridade internacional eficaz.

ABERTO A TODO DIÁLOGO

Trouxe até aqui a voz de meu país, que está unido frente às pressões externas. Um país que pede compreensão. É que a merece, porque sempre respeitou os princípios de autodeterminação, observando estritamente o de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados. Que nunca se afastou do cumprimento de suas obrigações internacionais e que agora cultiva relações amistosas com todos os países da terra. É certo que com alguns temos diferenças, mas não há nenhuma que não estejamos dispostos a discutir, utilizando para isso os instrumentos multilaterais ou bilaterais que subscrevemos. Nosso respeito aos tratados é permanente.

Senhores delegados, quis reafirmar assim, enfaticamente, que a vontade de paz e de cooperação universais é uma das características

dominantes do povo chileno. Daí a decidida firmeza com que defenderá sua independência política e econômica e o cumprimento de suas decisões coletivas, democraticamente adotadas no exercício de sua soberania.

A VITÓRIA NO HORIZONTE

Em menos de uma semana acabam de ocorrer fatos que convertem em certeza nossa confiança de que venceremos em breve a luta travada para alcançar esses objetivos: a decisão do tribunal de Paris, levantando o embargo decretado com relação ao valor da venda de nosso cobre; a franca, direta e calorosa conversa com o distinto presidente do Peru, Velasco Alvarado, que reiterou publicamente a solidariedade plena de seu país para com o Chile frente aos atentados que acabo de denunciar diante dos senhores; os acordos do Cipec que mencionei; e minha visita ao México.

MÉXICO CONFORTOU SALVADOR ALLENDE

Faltam-me palavras para descrever a profundidade, a firmeza, a espontaneidade e a eloquência do apoio que nos deram o governo e o povo mexicanos. Recebi tais demonstrações de adesão do presidente Echeverría, do Parlamento, das universidades e, sobretudo, do povo – expressando-se em multidão –, que a emoção ainda me embarga e me espanta por sua infinita generosidade.

Venho reconfortado porque, depois dessas experiências, sei agora, com certeza absoluta, que a consciência dos povos latino-americanos quanto aos perigos que nos ameaçam a todos, adquiriu uma nova dimensão, e que estão convencidos que a unidade é a única maneira de se defender desse grave perigo.

Quando se sente o fervor de centenas de milhares de homens e mulheres, apertando-se nas ruas e praças para dizer com decisão e esperança: “Estamos com vocês, não recuem, vencerão!”, toda dúvida se dissipa, toda angústia se desvanece. São os povos, todos os

povos ao sul do rio Bravo, que se erguem para dizer basta!, basta! à dependência, basta! às pressões, basta! às intervenções; para afirmar o direito soberano de todos os países em desenvolvimento de dispor livremente de seus recursos naturais.

Existe uma realidade feita vontade e consciência em mais de 250 milhões de seres que exigem ser ouvidos e respeitados.

Centenas de milhares de chilenos despediram-se de mim com entusiasmo quando deixei minha pátria, entregando-me a mensagem que trouxe a esta Assembleia mundial. Estou certo de que os senhores, representantes das nações da Terra, saberão compreender minhas palavras. É nossa confiança em nós mesmos que alimenta nossa fé nos grandes valores da humanidade, na certeza de que esses valores terão que prevalecer, não poderão ser destruídos.

A carta que gostaria de ter entregue no Chile¹

GLADYS MARÍN²

Queridos companheiros e amigos:

Pressinto (pelas notícias e arrotos da Junta) que a hora da partida está próxima. Se não fosse assim, e ainda tivéssemos horas, dias, semanas de espera, gostaria ainda assim de me despedir.

É um momento decisivo, tão alegre e comovente, o desta partida. Não é apenas mais uma partida.

Quando chovem cinzas sobre nosso povo, quando há sangue, miséria e dor na imensa maioria dos lares chilenos, quando a força, a dignidade e a organização avançam silenciosas, mas decididamente; quando o Chile está na boca de milhões de homens honrados da terra, neste mundo, cabe a mim me despedir com alegria, porque vamos para o exílio para contribuir com nossos esforços na tarefa que será vitoriosa: derrotar a Junta fascista que hoje estrangula nossa Pátria.

¹ De acordo com as palavras da autora, “esta carta foi escrita nos primeiros dias de junho de 1974, quando passei oito meses na Embaixada da Holanda, e é a carta que eu gostaria que tivesse chegado às mãos de meus camaradas e amigos, especialmente aos jovens comunistas, antes de deixar o Chile. Sinto a necessidade e o desejo mais íntimo que ela chegue, agora que estou no exílio, de qualquer forma, àqueles que foram meus companheiros ao longo de toda a minha vida”.

Tradução: Aline Piva.

² Gladys Marín (1941-2005) foi professora e militante chilena. Destacando-se pela atuação política desde quando integrou a Juventude Comunista do Chile, chegou a ser presidenta e secretária-geral do Partido Comunista do Chile, além de deputada. Saiu exilada do país em 1973 e regressou clandestinamente em 1978, lutando incessantemente para o reestabelecimento da democracia e pela apuração dos crimes perpetrados durante a ditadura.

Passaram-se 9 meses desde o assassinato do presidente Allende, o assassinato da Liberdade e da Justiça que começava a florescer no Chile.

Para mim, fará quase um ano que estou longe de vocês e dos meus. Parti no dia 15 de julho para o X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Berlim, capital da RDA,³ levando na memória o grande ato de despedida realizado em Caupolicán para as delegações chilenas. Nesse ato, alertamos, como o nosso Partido vinha fazendo – insistentemente, como a UP –, sobre o perigo de um golpe fascista.

Levamos a Mensagem de Neruda: “O Chile precisa do pão e da água da sua solidariedade”. Se não me engano, creio que essa foi a última vez que Neruda escreveu um apelo público antes do golpe fascista. E mesmo que não fosse, a Juventude do mundo tem um grande legado histórico, político e moral do poeta militante Pablo Neruda.

Por que digo isso, especialmente para vocês, companheiros das Juventudes Comunistas? Primeiro porque vocês me conhecem e sabem que juntos crescemos na consciência, na compreensão da nossa ideologia, no carinho e no respeito pelo nosso Partido, na tentativa de sermos apenas isso: comunistas. E com isso, o trabalho em comum, a consulta, a discussão, a crítica sã e oportuna, a observância de nossos princípios, fizeram de nós bons companheiros e irmãos. É que o tronco a que pertencemos é de boa madeira! Araucária pura. Sim, araucária verde e forte, esse é o Partido.

Já se passaram 9 meses e me parece que foi ontem que nos vimos pela última vez. É incrível como o tempo se faz breve, mesmo que as horas aqui sejam mais longas que o normal. Mas sairei e meus pés não se cansarão jamais de caminhar por mil ruas levando esta nova mensagem de libertação. Vou muito feliz, muito orgulhosa de viver tendo passado pela escola amaranto,⁴ com muita vontade de mergulhar no batalhar diário.

³ República Democrática Alemã.

⁴ Amaranto é um tom de vermelho utilizado para as camisas da Juventude Comunista. (N. T.)

Se Víctor Jara morreu cantando por todos nós, sua canção foi amor à vida, um impulso para lavar as lágrimas de tantos rostos e poder cantar de novo a plena luz do sol.

Eles desejavam aniquilar a todos nós, e àqueles de nós que ainda estivessem vivos que tivessem os corações envelhecidos. Não, companheiros, jamais! Faz parte da obrigação do combate preservar nossa força, nossa alegria, encarar o futuro com confiança e otimismo.

As lágrimas que por vezes derramamos regaram nossas convicções.

Agora que vislumbro minha saída, tenho muitas ideias borbulhando em minha cabeça. Quero transmiti-las, caso tenham algum valor.

As coisas se movem tão rápido. É um novo marco internacional no qual cresce nossa Frente Antifascista. A solidariedade manifestada com o povo chileno é um feito histórico sem precedentes por sua dimensão e velocidade. A experiência de nossa vitória e derrota abre novos rumos para o movimento revolucionário internacional. Deve ser pormenorizada.

O que foi uma coisa negativa torna-se seu oposto se olharmos o curso geral dos eventos e seu resultado final de uma perspectiva histórica. Porque não há dúvida de que voltaremos a ser governo, mais amplo, mais forte, que realmente tornará o processo irreversível.

Para alcançar a máxima amplitude, devemos considerar minuciosamente a posição de cada classe e força política perante a Junta. As menores contradições entre grupos, setores, pessoas, devem ser aproveitadas.

Hoje devemos dedicar todo o tempo e esforço necessários para nossa coesão como organização, como Unidade Popular e como frente antifascista.

O principal (nunca nos cansaremos de repetir) é a organização das massas. Essa é a condição do triunfo. “Sem organização, é impossível a ação de milhões de seres, é impossível todo êxito”, disse Lenin.

Hoje, novas condições estão sendo criadas para que a classe trabalhadora possa reunir em torno de si forças e camadas muito diversas que, embora não tenham total unanimidade nos objetivos finais (alguns são pelo socialismo, outros não), tenham unidade na

luta pelos direitos humanos, pelas liberdades públicas, pelo retorno à democracia. A unidade das forças que se apresentam na frente antifascista pode ser absoluta em um aspecto e não em todos.

Por isso é tão importante remover de nós todos os traços de sectarismo ou estreiteza que impedem ou debilitem todas as ricas possibilidades de ação.

A Junta fascista não pode ir além da repressão, por mais brutal que seja. Mas não pode aniquilar um povo inteiro. Por nossa parte, temos um campo enorme pela frente. Não estamos mais sozinhos e não somos os mesmos de ontem. A base do combate antifascista tornou-se infinitamente mais ampla.

A confiança na vitória que devemos inculcar nas massas é uma confiança que nasce do conhecimento do desenvolvimento histórico da sociedade e também da experiência de outros povos: “As grandes guerras da história, as grandes tarefas das revoluções, foram decididas unicamente porque as classes avançadas repetiram suas investidas não uma ou duas vezes, alcançaram a vitória ensinada pela experiência das derrotas”.

Que grande oportunidade tem a jovem geração! Essa juventude alegre e barulhenta que hoje amadureceu repentinamente para contribuir com a libertação do Chile: a juventude chilena que foi um dos pilares da vitória e contribuiu criativa e conscientemente na defesa do Governo Popular hoje desempenha e desempenhará um papel cada vez mais importante junto à classe trabalhadora, pela libertação.

Os fascistas sabem o valor dessa juventude educada nas melhores tradições do movimento popular. É por isso que foi ensinado com ela. Eles tentaram aniquilar uma geração.

Quantos jovens entre 14 e 30 anos foram presos, torturados? Quantos são processados pelos tribunais militares em tempo de guerra? Quantos estão nos campos de concentração? Quantos mortos? Não temos o número exato, mas são dezenas de milhares. Basta olhar para o processo da FACH,⁵ onde jovens de 16 e 18 anos são proces-

⁵ Força Aérea de Chile.

sados “por pôr em perigo a integridade das Forças Armadas e da Nação”, ver os rostos da maioria dos que estão em Chacabuco, Pisagua, e ver sua juventude, ver as batidas nos povoados e os que depois são enviados para campos de trabalhos forçados; são em sua maioria jovens. Luis Muñoz, de 15 anos, natural de Talagante é considerado um elemento que põe em perigo a segurança da pátria.

Devemos denunciar o crime que está sendo cometido contra a juventude em toda a sua brutalidade. Cada denúncia deve perseguir os carrascos e se tornar uma poderosa pressão moral.

Com a destruição do melhor da juventude, eles quiseram fazer surgir uma juventude limitada e servil. Seus esforços não podem ser subestimados. Não à toa eles dedicam faixas e discursos especiais para a juventude. *El Mercurio* traz editorial sobre a necessidade de destruir os centros de estudos e deixar lá apenas o que é incondicional para eles.

Querem afirmar o movimento civil que pretendem criar entre as mulheres e os jovens. Criam jovens guardas paramilitares. Realizam cursos de doutrinação para líderes nacionalistas. Tudo isso envolve um perigo. Ainda mais quando estão metendo o veneno do militarismo nas crianças da escola primária!

Não esqueçamos que a divisão de classes, a ideologia do imperialismo, não deixa espaço para a juventude e, portanto, existe um setor juvenil, ainda que minoritário, que apoia a Junta.

Há um setor fascista na juventude, há também um setor mais imaturo que pode ser atraído pelos ares marciais, e existe o perigo de que um setor possa ser difamado com meios modestos. Este é um aspecto. Mas há também aquilo que sempre tivemos em conta e sobre os quais nossos professores nos falaram com insistência: a juventude tem as suas características particulares, o seu idealismo, a sua generosidade, a sua sede de aventura e de justiça, tem menos laços materiais e isso faz com que ultrapasse barreiras de classe para se colocar ao lado das forças do progresso.

Hoje, todo esse potencial juvenil, todo o acumulado em anos de luta, deveria permitir à imensa maioria repudiar com ódio o carrasco que estrangula a pátria.

E mais amplamente do que nunca: de um lado, todos os que amam a Liberdade, a Justiça, a Democracia, e do outro, os que apoiam a crueldade, o crime, o fascismo.

Que isso está acontecendo e continuará a se aprofundar? Claro que sim.

Só para exemplificar, aí estão os casos de filhos de militares que repudiam seus pais, cujas mãos estão manchadas de sangue. Um sobrinho de Huerta foi espancado até a morte na Academia de Guerra de Valparaíso; a filha de Mckay, ministro do Trabalho, teve que deixar o país; nas universidades, filhos de generais são eliminados por agitadores.

Abramos os olhos de milhares de filhos de militares, eles influenciam o seio de seus lares. Outras mães verão seus filhos sofrerem. Muitos filhos de militares podem mudar de lado. A contradição entre pais e filhos será desenvolvida nos setores que apoiam a Junta.

Da mesma forma, existem milhares de jovens que hoje vestem uniformes e carregam suas armas contra o povo. Muitos repudiam tanto quanto nós os milicos de botas. Centenas deles são operários, camponeses, estudantes, levados à força para os quartéis. Hoje eles não podem “trocar o fuzil de ombro”. Eles dirigirão contra os traidores as armas que estes colocaram em suas mãos quando todo o movimento tiver amadurecido. É necessário conquistar os jovens soldados.

Agora, para uma contribuição sólida e concreta ao momento em que vivemos, o principal continua sendo, como sempre, o desenvolvimento da consciência e organização das massas juvenis. Para isso, nossos principais esforços são direcionados à juventude trabalhadora, aos jovens trabalhadores. É necessário organizá-los em todos os lugares. Cuidar dessas fortalezas. Aí se darão os principais combates contra a Junta. Quando chegar a hora, a greve, a luta, a sabotagem, a resistência contra a Junta vai se concretizar principalmente aí. Nas fábricas, a concentração das massas trabalhadoras, que significa contato e possibilidade de organização, não pode ser destruída nem mesmo pela repressão. Eles teriam que explodir as fábricas para que os trabalhadores não sentissem a solidariedade de classe.

O mesmo vale para os estudantes. Todos os dias eles se veem, discutem, conversam. O homem isolado pode sentir medo. Onde há centenas, milhares, isso é vencido e surgem mil formas de resistência. Portanto, devemos, como sempre, focar na concentração de trabalhadores e estudantes.

Também não nos esqueçamos que a juventude vibra e aprende pelo exemplo. A figura de Luis Corvalán deve ser um símbolo de “inteligência, honra e consciência de nosso tempo”. Que suas palavras, “amo a vida, mas não temo a morte, se tiver de encontrá-la por uma causa justa”, sejam escritas e resumidas em mil formas e tons.

Em suma, na juventude de hoje há um fermento maravilhoso. Os três anos de Governo Popular não passaram em vão. Uma juventude formada no respeito à classe trabalhadora, na dedicação generosa ao povo. Essa juventude conheceu o que é o começo de uma revolução e isso não pode ser apagado com balas ou canhões.

Além disso, há ainda as condições tremendas a que a Junta a lançou – desemprego, milhares de estudantes sem escola, sem direito de organização – empurram-na cada vez mais para o caminho da revolução.

Que muitos jovens ajudem a aproximar a hora em que um novo heroísmo será exigido de cada um de nós: o heroísmo de milhares de pessoas que será a hora gloriosa da queda da Junta fascista.

Cuidando, fortalecendo a direção política, para que nossa visão seja ampla. Há uma infinidade de jovens heroicos, patriotas dispostos a lutar contra a Junta traidora. A classe trabalhadora e setores cada vez mais amplos nos fornecerão novos combatentes. A natureza sangrenta do fascismo é sentida por massas cada vez maiores, em várias formas e graus, e isso anuncia a vitória do povo.

Neste momento de recordações, quero dizer-lhes que quando penso naquela terça-feira 11, terça-feira da Traição, vejo que a lição foi grande e que o povo, seus partidos, sua juventude, estamos todas a aprendê-la.

Podemos nos sentir orgulhosos de ter contribuído para defender e gerar nosso Governo Popular. Das transformações que realizou,

da consciência e organização que forjou em milhares e milhares de novos combatentes. Nosso povo deve agora realizar um trabalho paciente para reconstruir suas forças e continuar o legado de Salvador Allende.

E nós, que apegamos nossas vidas ao ideal comunista, nos sentimos orgulhosos de sermos filhos do Partido de Recabarren, Lafferte, Fonseca, Neruda.

Vocês aqui, eu em peregrinação, orgulhosa do meu dever, ajudemos para que a coroa de espinhos que foi pregada em nosso povo floresça muito em breve com aromas e açucenas.

Agradeço por ter vivido tão longos e curtos anos junto a vocês!
Venceremos!

Junho de 1974